

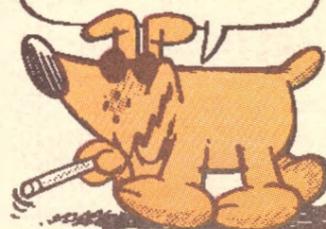
EXTRA: COLLOR QUER TIRAR DE
CENA PALAVRAS COMO
RENÚNCIA OU IMPEACHMENT!

APOIADO, CADEIA É BEM MELHOR!



BRASIL AGORA

ESSE PROCURADOR
DA REPÚBLICA É RUIVA DA
VISTA: PROCURA, PROCURA
E NÃO ACHA!!



ANO I Nº 18

27 DE JUNHO A 10 DE JULHO DE 1992

Cr\$ 3.600,00

O RESGATE DA CIDADANIA

Suplemento especial
sobre administrações
petistas. Páginas 9 a 12

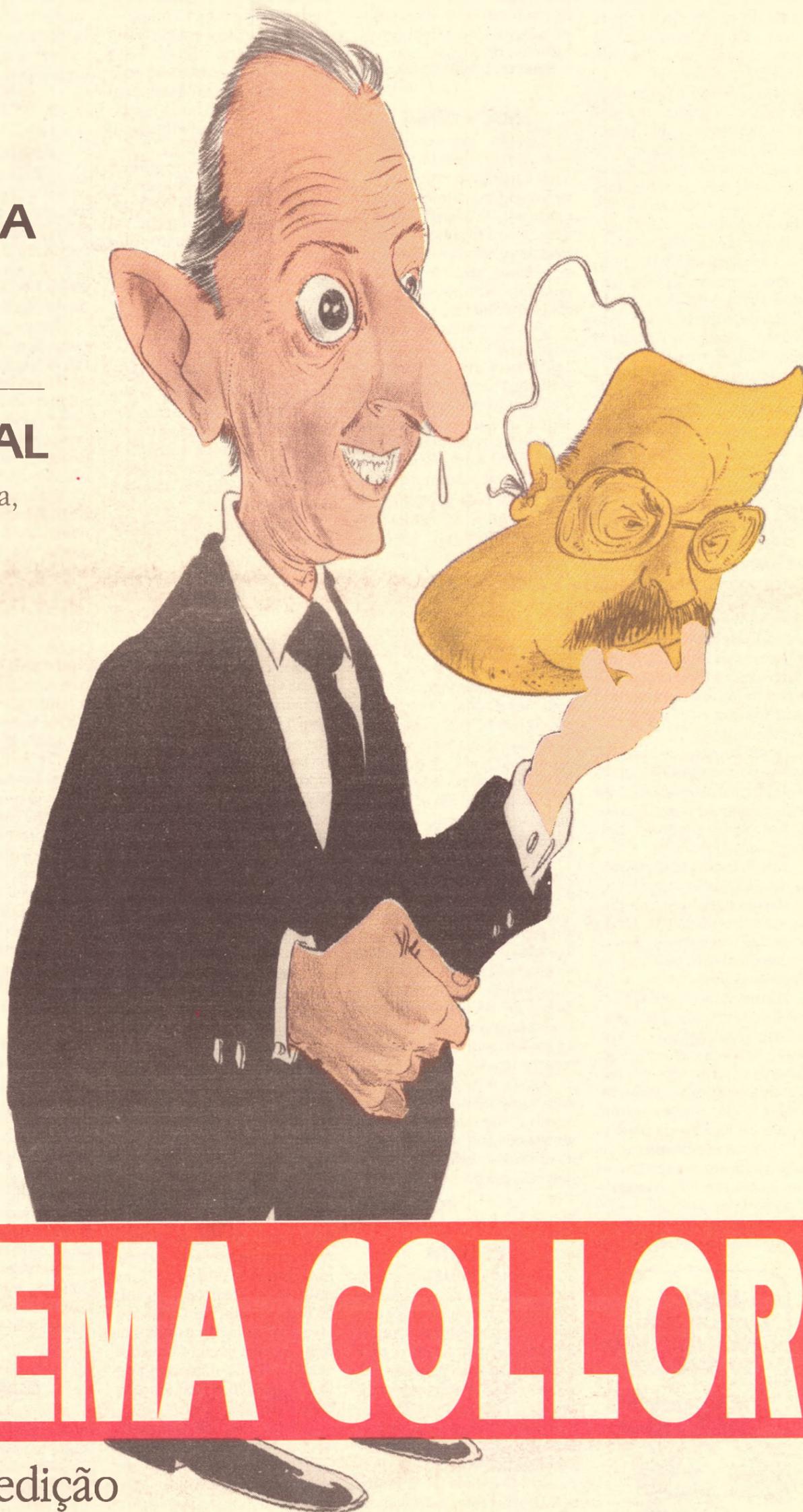
ABORTO LEGAL

No Hospital do Jabaquara,
um projeto pioneiro.
Páginas 18 e 19

**POR TRÁS
DE PC
ESTÁ O**

ESQUEMA COLLOR

Leia tudo nesta edição





CONSCIÊNCIA

A democratização dos meios de comunicação é uma discussão que há muito tempo vem se realizando no interior da sociedade brasileira. Nesse sentido, a APEOESP e o Sindicato dos Bancários de São Paulo acabam de dar um passo muito importante, com relação à criação de meios de comunicação onde a notícia seja dada pela ótica dos trabalhadores, ajudando na formação deste conceito tão fundamental para a emancipação da sociedade brasileira: a cidadania.

Na realidade, desde o regime militar, algumas pessoas têm se beneficiado de concessões de canais de televisão e outros meios de comunicação. Estas concessões, com finalidades políticas, visam ao fortalecimento ideológico, utilizando-se do mecanismo mais eficiente no mundo moderno: a comunicação como veículo (manipulador) de massas. Através do tráfico de influência, troca de favores, corrupção e outros meios ilícitos, cria-se um poderoso império que legitima e propaga as idéias mais à direita. Diante das eleições, esses fatos tornam-se mais evidentes.

Todos os dias matérias sensacionalistas são transmitidas de maneira tendenciosa pelo telejornal *Aqui e Agora* do SBT, cujo dono é o Sr. Silvio Santos.

Utilizando-se da ignorância e simplicidade de uma parcela considerável da população, pseudos-jornalistas promovem invasões a sindicatos (coincidentemente da CUT), prefeituras e empresas, com o intuito de "denunciar" possíveis irregularidades, prestando assim um "serviço" à população mais carente.

Aos domingos, as idéias do empresário-apresentador futuro candidato à Prefeitura de São Paulo tornam-se mais flagrantes, através do programa-baixaria *Tudo por dinheiro*.

Tendo como compensação quantias irrisórias de dinheiro, as pessoas participam na platéia, no palco ou na rua, sendo induzidas a viver situações ridículas diante de milhares de telespectadores.

Aproveitando-se da miséria reinante no país, que atinge também suas "colegas de trabalho", Silvio Santos distribui milhares de cruzeiros em formato de aviõezinhos, atirando-os para o alto, provocando a disputa e a histeria da platéia.

A sociedade brasileira, os parlamentares e os juristas mais conscientes, que têm o compromisso de lutar por uma sociedade mais justa, devem exigir o fim das concessões. Devemos

exigir o direito constitucional à igualdade, acabando com o privilégio de poucos.

Somente uma parcela minoritária, porém influente, deseja a continuidade deste Estado podre e corrupto. Não podemos permitir que políticos reacionários, travestidos de "benfeitores do povo", tenham o monopólio dos meios de comunicação e deles se utilizem para enganar a todos e se garantirem no topo da sociedade, sustentados sobretudo pelos seus correligionários.

MARCOS BENÉDITO DA SILVA
São Paulo, SP

MAIS CUBA

Gostaria que vocês publicassem mais matérias a respeito de Cuba. Nós militantes sabemos pouco. Alguns companheiros criticam, outros aplaudem. Gostaria que o partido fizesse um amplo debate com as pessoas que estiveram lá, para que elas possam passar essa experiência.

Sou simpatizante do regime de Fidel. Creio que as dificuldades enfrentadas são provenientes de fora, e não causas da "ditadura", como dizem. Muitas pessoas falam em democratizar Cuba, mas qual país no mundo é democrático? Qual o governante do mundo que tem moral para cobrar isto de Fidel? Digo isto pois qualquer pessoa de esquerda sabe que não existe democracia no capitalismo.

Hoje a ofensiva liberal é grande, mas não há respostas para nada. Parte da esquerda, após a derrocada do Leste Europeu, ficou na defensiva, aliás nem se defende, joga os conhecimentos de Marx, Engels, Lenin, Martí, Bolívar para dentro de si e não se fala mais nos grandes revolucionários do passado. Hoje virou pecado falar em socialismo, por haver a possibilidade de se perder a eleição.

Acho estranho o termo "Modo Petista de Governar"; socialismo hoje é socialismo democrático, um termo estranho, porque a palavra socialismo já diz tudo; socialismo democrático se torna um pleonasmo em espécie.

Quem leu *A Revolução dos Bichos*, de George Orwell, não se assustou com o fim do império soviético, um mundo de terror e traições.

Gostaria de parabenizá-los pelo suplemento das Prefeituras do PT no interior. Seria interessante que saíssem outras das demais cidades administradas pelo partido.

JOÃO CAYRES
Santo André, SP

RECEITA

A revista *Veja* olha apenas para a superfície. Pelos interesses que representa, não pode e não quer enxergar mais fundo. É vesga, ou pior ainda, cega. E a pior cega é a que não quer ver. A *Folha de S. Paulo*, que até já abrigou causas populares, é hoje um jornal vazio e em perfeita sintonia com as elites, deveria se chamar "Bolha de S. Paulo". O *Estado de S. Paulo*, seu concorrente, pelo conteúdo e pela obsessão privatizante

de suas páginas, deveria mudar de nome e passar a se chamar "A Privada de S. Paulo".

Com fatos importantíssimos acontecendo, uma imensa população desinformada e uma imprensa escrita cujos principais expoentes são a "Privada de S. Paulo", "Bolha" e "Vesga", o que está faltando para o **Brasil Agora** deslanchar? Atrevidamente damos alguns palpites. A periodicidade deveria ser diária ou, no mínimo, semanal, senão a notícia esfria e o comentário caduca. Seria necessário um forte esquema de distribuição em bancas. Não basta o jornal existir, é fundamental que o trabalhador o encontre.

Em relação à parte gráfica, os tipos poderiam ser maiores. Deveria haver mais páginas. Jornal de difícil leitura não vai para frente. Na questão editorial, as matérias poderiam ser menos herméticas e ter também um tom mais bem-humorado. Humor sempre vai bem, sobretudo em épocas de desgraça, como a atual.

Nada de polêmicas internas. Deixem isso para a "Bolha de S. Paulo". A opinião do jornal não é a do partido; se houve um equívoco aqui, outro ali, é melhor deixar passar. Debates etéreos ou teóricos já dispõem de outros canais.

Em resumo, trata-se de um jornal mais para o **Pasquim** do que para o **Opinião**.

LENINSON C. MELZI E JUDIMEIRY VACCHI.
Piracicaba, SP

EXCELENTE

Sou chefe de departamento de Ciências Humanas da Universidade de Santa Catarina - UNISUL - e professor do ensino superior. Em conferências, aulas e debates tenho usado e "recomendado" o **Brasil Agora**.

Vão em frente! Não esmoreçam. É uma excelente contribuição para a descoberta e apropriação de novos valores.

MIGUEL POPOASKI
Tubarão, SC

FUMANTES

Durante o 7º Encontro Estadual do PT, uma companheira de Guarulhos, que participava de reuniões nos grupos, de vez em quando precisava sair para poder respirar. Mas este recurso não adiantou, a poluição da sala era tanta que ela, como sofre de asma, teve que ser socorrida às pressas pelo deputado Elói Pietá, parando no pronto-socorro.

Como delegado ao 8º Encontro, viajei quase 600 Km, em ônibus fretado. Os companheiros fumantes não se preocuparam com meu estado de bronquite e tosse insistente, mesmo eu reclamando. Para voltar estava disposto a pegar ônibus de linha, porém fizemos uma discussão política e ficou estabelecido que não se fumaria dentro do veículo.

A questão é de conscientização e tem muito a ver com o socialismo e seu be-a-bá. As situações mencionadas caracterizam injustiça, pois fumamos sem querer, sem poder e,

o que é pior, uma fumaça de segunda mão.

Se essa atitude inconveniente, constrangedora, deslegitimante, de fumar em ambientes fechados, não for revertida, principalmente por petistas, nunca passaremos de aprendizes do socialismo.

O respeito a nossa opção se tornará uma atitude avançada, excelente para as membranas alvéolo-capilares da minha saúde, da companheira de Guarulhos e de tantos outros.

Viva a democracia! Vamos socializar o ar puro!

LUIZ ANTONIO BOATTO
Vereador do PT, Araçatuba, SP

ANDOR SANTO

O episódio de denúncias contra o "Fernandinho do Pó" são ao meu ver extremamente favoráveis ao PT e aos demais partidos de esquerda, porém euforias prematuras são desaconselháveis devido ao lento desenrolar dos acontecimentos.

Desgraçadamente só agora é a hora do PT. Até novembro muita água rolará por baixo da ponte. Dependendo do saldo da CPI, do impacto que o escândalo terá na economia do país, na negociação da dívida externa, a situação pode tomar os mais diversos caminhos.

O quadro político brasileiro do lado direito do muro é de uma plasticidade impressionante. Na minha opinião o "cara mellada" não sofre *impeachment*, mas sai do episódio com um desgaste irreversível. Da noite para o dia, partidos conservadores, com destaque para o PMDB, pintam a cara e passam a se intitular "oposição cerrada". Os ratos abandonam o navio e se espremem em um espaço que é legitimamente do PT.

O PT e outros setores progressistas da política brasileira têm que montar uma estratégia para capitalizar em cima deste fato. Não é hora para hesitação nem meias verdades. A preocupação com o andor e com a queda do santo tem que ficar para os ratos que pulam do navio. Não que o santo e o andor sejam uma questão séria. É seríssima! Um golpe Fujimori é uma possibilidade até bem plausível.

Em outras palavras, não há outra opção para o PT senão correr com o andor e torcer para o santo não cair. Há realmente uma questão de sorte aí.

Masse o PT seguir os passos da procissão do PMDB não ganha nada, ao contrário, perde o brilho e passa a ser apenas mais um partido. Porque o PT tem como característica o combate às maracutaías, ainda mais uma deste quilate. Não se trata de irresponsabilidade, mas arrojo honesto, com a consciência de que não há 100% de chances nessa vitória.

DANILO FONSECA
Nova York, EUA

DUALIDADE

Como assinante do jornal, envio algumas sugestões que ao meu ver poderiam melhorá-lo.

O nível do papel que vinha sendo utilizado era caro demais e além disso dava um tom elitizante ao jornal. Bem, o pa-

pel já mudou, parabéns! Mas se pudessem utilizar papel reciclado seria maravilhoso. Isto seria possível?

Quanto ao conteúdo, acho o jornal muito "pesado", extremamente intelectualizado, teórico, ideologizado demais, e tudo o que é demais cansa e repele. Além disso, estes aspectos também acabam por elitizar o jornal. Portanto, se o objetivo é tornar o jornal acessível às massas, tais aspectos terão que ser pensados. Afinal, penso que o PT é um partido de massa, logo intelectualizar um dos seus melhores meios de comunicação me parece, no mínimo, um paradoxo.

Por outro lado, sinto que não deve ser fácil trabalhar a área que estou focalizando, pois os intelectuais existem, estão aí, e sem dúvida querem e lutam (com todo direito) para divulgar as suas idéias. Por isso talvez o **Brasil Agora** tivesse que repensar a sua postura e objetivos ou redimensionar espaços para atender os intelectuais e também atingir o público que pretende, sob pena de ficar restrito.

As sugestões têm o intuito de colaborar; embora algumas sejam críticas, o são no bom sentido.

EDMIR DE F. GARCEZ
São Paulo, SP

BRASIL AGORA

DIRETOR: JOÃO MACHADO. **EDITOR:** RUI FALCÃO. **DIAGRAMAÇÃO:** CELSO MADEIRA. **REDAÇÃO:** FLÁVIO AGUIAR, JUAREZ GUIMARÃES, MOUZAR BENEDITO, RAIMUNDO PEREIRA, VALTER POMAR. **SECRETARIA:** ADELIA CHAGAS. **SUCURSAL RIO GRANDE DO SUL:** LUCIANE FAGUNDES, JOSÉ LUIZ LIMA E MARCO ANTÔNIO SCHUSTER. **COPIESQUE E REVISÃO:** CELSO CRUZ. **DIGITAÇÃO:** ELIZABETE D. DA SILVA. **EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA:** CACO BISOL E SILVANA PANZOLDO. **COLABORADORES:** ALAN RODRIGUES, ALÍPIO FREIRE, ALOÍSIO MORAIS, ANDRÉ SINGER, ANTONIO CARLOS FON, ANTONIO CARLOS DE QUEIROZ, ANTONIO MARTINS, BERNARDO KUCINSKI, BRENO ALTMAN, CARLOS E. CARVALHO, CELSO HORTA, CÉLUS, CÍNTIA CAMPOS, CLÁUDIO SCHUSTER, DENISE NEUMANN, EMIR SADER, EUGÊNIO BUCCI, FERNANDA ESTIMA, FERNANDO PAIVA, FLAMARION MAUÉS, FLÁVIA DE SAMPAIO LEITE, FLÁVIO LOUREIRO, DA COSTA, GENARO URSO, IVAN SEIXAS, ISAAC AKCELRUD, JÓ AMADO, JOÃO ANTONIO, JOSÉ AMÉRICO DIAS, JOSÉ ROCHA, JUSTINO PEREIRA, KIPPER, LINETE MARTINS, MANOEL ALVAREZ, MÁRCIA BRAGA, MÁRCIA MOREIRA, MÁRCIO BUENO, MÁRCIO VENCIGUERRA, MARCO AURÉLIO GARCIA, MARCOS SOARES, MARIA LÚCIA BRANDÃO, MARIO AUGUSTO JAKOBSON, MARINGONI, MARISA MELUANI, MARIZA DIAS COSTA, MIADARA, NELSON RIOS, NILMÁRIO MIRANDA, OHI, PATO, PATRÍCIA CORNILLIS, PAULO BARBOSA, PAULO ROBERTO FERREIRA, PAULO ZILBERMANN, PEDRO ORTIZ, PERSEU ABRAMO, ROGÉRIO SOTTIL, SÉRGIO CANOVA, SÉRGIO SISTER, WALTER ONO, WLADIMIR POMAR. **A OPINIÃO DOS ARTICULISTAS NÃO REFLETE NECESSARIAMENTE A LINHA EDITORIAL DO JORNAL.**

BRASIL AGORA É UMA PUBLICAÇÃO QUINZENAL DA EDITORA BRASIL AGORA LTDA. - ALAMEDA GLETE, 1049 - CEP 01215 - SÃO PAULO (SP). FONES: 220-7198/222-6318. FAX: (011)222-2865. **GERENTE GERAL:** HUGO SCOTTE. **ADMINISTRAÇÃO:** Mª AILCE DE P. SANTOS. **ASSISTENTE:** IVANILDA ALVES. **CIRCULAÇÃO:** JOSÉ LUIS NADAI, MARIA ODETE G. DE CARVALHO. **ASSINATURAS:** ANA MARIA ALVES, PAULO M. SOLDANO, GUIBA GENESTRA (DIGITAÇÃO) - FONES: 223.2974 E 220.7718. **EXPEDIÇÃO:** PAULO E. SOLDANO, TONHÃO. **SERVIÇOS GERAIS:** JOÃO A. GUEVARA, EUSILANDIA M. FERREIRA, FERNANDO S. SIQUEIRA, LUCILENE B. SILVA. **IMPRESSÃO:** DIÁRIO DE MOGI. **DISTRIBUIÇÃO:** DINAP S/A. **TIRAGEM DESTA EDIÇÃO:** 35.000 EXEMPLARES FORAM IMPRESSOS NO DIA 26 DE JUNHO DE 1992.

JORNALISTA RESPONSÁVEL: RUI FALCÃO



Governo à beira de um ataque de nervos

Pedro Collor, Motta Veiga, Renan Calheiros, Bernardo Cabral: são antigos homens do presidente denunciando que o presidente Collor tinha conhecimento das atividades de Paulo César Farias, sabia do tráfico de influências e da corrupção. A pergunta é: por que Collor nada fez? A resposta pode estar nas cinco campanhas em que o presidente e seu tesoureiro deram origem ao esquema Collor (páginas 4 e 5).

Aumenta a temperatura dos palácios, mas as ruas continuam mornas: a indignação ainda não ganhou as praças, não sendo forte a ponto de barrar as tentativas de, punindo PC, preservar o seu chefe. Leia mais sobre a movimentação das elites e as possibilidades de *impeachment* nas páginas 6, 7 e 8.

Esta edição de **Brasil Agora** cobre também a movimentação

dos trabalhadores, presente na recente greve nacional dos portuários (páginas 14 e 15) e na luta dos brasiguaios pelo direito à sua pátria (página 20) -- manifestações de cidadania ativa, tema básico das administrações municipais petistas, que tratamos num caderno especial nas páginas centrais desta edição.

Ainda sobre cidadãos e cidadania: perdemos, no breve espaço de uma semana, dois lutadores, cada um à sua maneira. Caio Graco, editor da *Brasiliense* e criador do amarelo das diretas, morreu num acidente de moto. José Novaes, militante sindicalista e duas vezes membro da executiva nacional da CUT, foi levado por um enfarte. **Brasil Agora** se une a familiares, amigos e companheiros, na dor desta perda.

O EDITOR

A ILUSTRAÇÃO DA CAPA É DE MARINGONI

OPINIÃO

Crime eleitoral

Logo após o pleito eleitoral de 1989, propus à Executiva Nacional do PT que contestasse a legitimidade da eleição de Fernando Collor, pelos crimes eleitorais que ele cometera durante a campanha. No embalo dos trinta e quatro milhões de votos, entendeu aquele órgão do partido que semelhante atitude não seria bem recebida e que, no caso, seria melhor nos calarmos. Assim não entendi e ingressei perante o Superior Tribunal Eleitoral com uma representação na qual demonstrava, com base documental, que Collor mentira na campanha, tendo em vista resultados eleitorais (vide entrevista a Ferreira Neto). Além disso, corrompeu Miriam Cordeiro (que ainda vive às custas de pessoas ligadas a Collor) e abusou do poder econômico. São, todos, crimes previstos na Lei Eleitoral.

Essa representação foi, como se costuma dizer, empurrada com a barriga pela Justiça Eleitoral. Entretanto, como Collor se tornou presidente, ela foi remetida para o Supremo Tribunal Federal, competente para julgá-lo depois de sua posse.

O QUE PODE ACONTECER. Coincidentemente, instituiu-se uma CPI para apurar a corrupção no governo federal e logo os depoimentos de Paulo César Farias e Cláudio Vieira apontavam abuso do poder econômico no pleito de 1989. É que se pensava que, prestadas as contas - no caso, mal prestadas - e arquivadas pelo Superior Tribunal Eleitoral, não havia mais que se cogitar do fato. Ledo engano, porque se trata de crime eleitoral e este somente prescreve em quatro anos... Dessa maneira, a Procuradoria Geral da República, que deve, agora, pronunciar-se, irá, naturalmente, aprofundar as investigações nesse campo.

Aliás, o Ministério Público tem, no caso, três atitudes a adotar: ou denuncia, desde logo, ao Supremo Tribunal Federal, ou determina investigações pela Polícia Federal, ou pede o arquivamento, hipótese menos provável, pois existem elementos para denúncia contra Collor, pelas mentiras (artigo 323 do Código Eleitoral) e pela corrupção (arts. 324, 325 e 326).

Formulada a denúncia, o presidente será ouvido e, em seguida, a Corte Suprema decidirá se a recebe ou não. Se receber, estará decretado o *impeachment* do presidente da República.

Há quem sustente que, na espécie, o Supremo, antes de receber a denúncia, deverá pedir licença à Câmara dos Deputados. É um ponto de vista equivocado. A licença da Câmara só tem lugar nos crimes políticos - de responsabilidade - praticados pelo presidente. Tratando-se de crimes comuns - e os crimes eleitorais são comuns -, a Câmara não tem o poder de impedir o processo, porque ela não tem competência para analisar, juridicamente, um fato delituoso.

A Câmara não pode encarar, como político, um crime comum. Admita-se a hipótese do presidente cometer um crime hediondo. A Justiça deverá aguardar o pronunciamento da Câmara, para processá-lo? O absurdo da hipótese demonstra o desacerto da tese do pronunciamento prévio da Câmara em se tratando de crime comuns.

O presidente, diferentemente dos parlamentares, não tem imunidade. Ele tem, apenas, nos crimes comuns que comete, privilégio de foro. Nos crimes de responsabilidade, a Câmara profere o juízo de admissibilidade e o Senado, sob a presidência do presidente do Supremo, julga o mérito. Nos crimes comuns - na espécie, eleitorais - esse juízo é do próprio STF, que recebendo a denúncia do Ministério Público ou queixa de um particular, no caso, por exemplo, de uma injúria assacada pelo presidente contra terceiro, determinará o *impeachment*.

Esses são, e assim devem funcionar, os mecanismos políticos e judiciários num país democrático. Acioná-los é fazer com que as instituições funcionem, pois, acima de tudo, está o princípio constitucional - do qual nem o presidente escapa - de que todos são iguais perante a lei.

HÉLIO BICUDO
Deputado Federal (PT-SP)

OPINIÃO

A sombra suspeita

Em primeiro lugar, me parece fundamental que a população tenha claro o que é uma CPI. Isso porque sinto que há um conceito mal elaborado, uma espécie de distorção que leva à impressão de que a CPI tem uma responsabilidade que não é dela. As CPIs não julgam, funcionam antes como inquéritos policiais: investigam, colhem provas e as encaminham ao Ministério Público para que ele, então, abra a ação penal, faça a acusação. Pode existir até, da parte de alguns deputados da situação, uma disposição de que a CPI não dê em nada, mas o importante é compreender que a nossa preocupação tem sido a de obter provas fortes e compactas que possam permitir, depois, uma condenação. A nossa é a preocupação de descobrir a verdade. E a tendência que hoje predomina na CPI é a de que as provas já colhidas demonstram que ocorreram sérias ilicitudes cometidas por Paulo César Farias.

No que se refere ao aspecto técnico do funcionamento da CPI, e apesar de considerar o grupo que a integra essencialmente muito bom e interessado em chegar à verdade, vejo um sério problema: no Parlamento, pouco se respeita a legalidade. Em vez de os depoimentos seguirem o que determina o Código do Processo Penal, alguns parlamentares observam uma processua-

lística de praxe, de costume, uma maneira completamente errada. Então, o que acaba acontecendo? Ameaçam e agridem testemunhas, o que constitui atitude ilegal e prejudica a qualidade da prova colhida. Creio tratar-se de fruto da cultura política deste país, uma cultura que é preciso superar.

INDULTO. Há também, paralela à CPI, uma convicção que sinto ser generalizada, de que são numerosos os casos de empresários que teriam sido vítimas de tentativas de corrupção por parte de funcionários do governo, ou mesmo de possíveis representantes de Paulo César Farias. Foi nesse sentido que propus ao presidente da República que assumisse o compromisso de indultar empresários que se dispusessem a prestar informações sobre esses supostos atos. Seria essa, também, uma maneira de colocar o governo contra a parede: se o presidente tem tanta convicção de sua inocência, não tem por que fugir dessa idéia. Seria uma saída para se ter o depoimento de pessoas que temem ser transformadas em réus. O indulto, além disso, seria uma iniciativa muito mais rápida, mais simples, do que uma anistia, por exemplo, que teria de ser votada pelo Congresso e demoraria muito tempo.

Quanto à possibilidade de que se venha a concretizar o *impeachment*, devo dizer que não vejo nessa medida qualquer problema para a estabilidade democrática no país. Antes de mais nada: para que se elege um vice? Para que ele substitua o presidente; entre outros casos, para o caso de *impeachment*. Isto é institucional, é constitucional. Ora, as instituições estão todas funcionando, o *impeachment* não é golpismo, não há temor de golpe. Os militares não ameaçam com essa alternativa, pois hoje há um amadurecimento nas Forças Armadas. As pessoas que ficam disseminando a idéia de que não se pode mexer no assunto da corrupção para evitar um golpe não se baseiam nem na realidade dos fatos nem em uma sustentação teórica.

Pessoalmente, sou contra qualquer movimento com o objetivo de tirar Collor sem fundamento legal. Temo que nós ainda não tenhamos maturidade para uma decisão como a de um *impeachment*. Agora, que fique claro: nós, da CPI, vamos investigar se houve a possibilidade de que tenham ocorrido crimes, se eles aconteceram à sombra de Collor. Se ficar provado que tudo aconteceu, não apenas à sombra de Collor mas com sua co-autoria e participação, teremos, pelo menos, a obrigação de fazer o processo de *impeachment*. Teremos de fazer isso.

JOSÉ PAULO BISOL

Senador (PSB-RS) e membro da CPI sobre PC Farias.
* Texto elaborado pela redação de *Brasil Agora* a partir de entrevista feita por José Lima



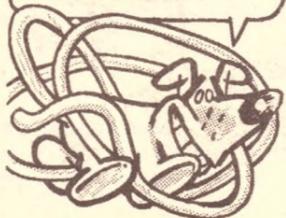
VIGÍLIA PELA ÉTICA

Nestes tempos de PC, o auditório Petrônio Portela do Congresso Nacional foi palco de um acontecimento inusitado, no dia 24 de junho: lotado, com gente saindo pelo ladrão, lideranças políticas, sindicais, eclesiais e de entidades da sociedade civil promoveram uma *Vigília pela Ética*. "Estamos em vigília pela ética e pela democracia, para dizer que numa democracia a lei não admite exceção, e a lei de exceção não passa de um arbítrio. Assim como estamos em vigília para reafirmar que em uma democracia não se condena sem provas, ninguém está acima da ética e da lei", dizia o manifesto ali distribuído pelos organizadores e com assinaturas de entidades nacionais como OAB, CNBB, CUT, Contag, ABI, ANDES-SN e muitas outras.

A vigília durou das 16 às 22 horas; teve vídeos, números musicais e pronunciamentos de inúmeras lideranças nacionais: Lula, Ulysses Guimarães, João Amazonas, José Serra, Dom Luciano Mendes de Almeida, Jair Meneguelli, Francisco Urbano (da Contag) e Marcello Lavanère (da OAB). Entre os objetivos explícitos da vigília estava o de pressionar o Congresso para que a CPI do PC apure a verdade dos fatos, sem panos quentes. A idéia dos organizadores é de que haja eventos semelhantes nos estados, e que este de Brasília seja o pontapé inicial que possa aglutinar uma mobilização mais convincente contra os regulares demandos que assolam os bastidores - e a fachada - dos governos neste país.

A LISTA COMPLETA. No caso PC-Fernando Collor três erros são possíveis: o primeiro era o de que PC Farias, se culpado, seria inculcado perante a opinião pública por coisas leves, faltas menores, como sonegação de impostos, tráfico de influência para conseguir vantagens aqui e ali, e não pelo problema maior de ter montado um verdadeiro "ghost government" neste país, e ter portanto fraudado o espaço público como um todo desde a eleição de Collor. O segundo erro, era o de que então apenas PC, e não Collor, seria execrado perante a opinião pública. Agora, vem o terceiro erro: ambos, Collor e PC estão execrados, e o depoimento do presidente neste sentido é eloquente. Então, diz a mesma linha de raciocínio dos "novos fora", que sejam só eles. O resto agora posa de santinho mordedor. Pergunta-se: não foram também os Calheiros, Zélias, Eris, Cabrais, jornais, Veigas, Pedros, ACMs e outros que incharam o balão?

A MENTIRA TEM PERNA CURTA, ... A CORRUPÇÃO RABO COMPRIDO!



O ESQUEMA

Fernando, o amigo Paulo César que ele usou para ...

Zélia e Bernardo Cabral ficaram marcados por um bolero. Collor e seu amigo PC Farias, por uma valsa. Foi no aniversário do presidente, no dia 12 de agosto de 1990. Testemunhas não faltam, diz Renan Calheiros: mais de cinquenta pessoas. No meio do salão, com sua mulher, dona Elma, PC dançou uma valsa. A roda se abriu e todos aplaudiam. O amigo Fernando, especialmente. "Muito bem, PC, muito bem" - o presidente batia palmas e incentivava.

Teria sido uma valsa de adeus, no entanto. "A última vez que vi Paulo César Farias foi há um ano e oito meses", disse Fernando Collor à revista *Veja*, no final de março de 1992. Contando 18 meses para trás, chega-se à época do aniversário e da valsa.

Na entrevista a *Veja*, o presidente estava tentando, com certeza, livrar-se da imagem de PC, já então acuado por formidáveis denúncias. Em fevereiro, seu irmão Pedro anunciara um dossiê sobre as relações de PC com a presidência. E chamara Paulo César de "lepra ambulante".

O presidente apontou a data de seu aniversário como a do último encontro entre ele e o amigo para caracterizar o fato como uma coisa social e corriqueira, diz Renan Calheiros.

Renan é, das grandes figuras envolvidas na CPI disparada com a divulgação do dossiê de Pedro Collor, o mais convencido da responsabilidade principal do presidente no escândalo que abala o país. Em mais de 10 horas de entrevista com ele, em quatro ocasiões, duas em Brasília e duas em Maceió, emergiu uma hipótese densa, dura, onde os fatos e as novas revelações da maré de denúncias vão se encaixando com grande precisão. A hipótese é: Fernando usou seu amigo Paulo César para o jogo sujo, em cinco campanhas a partir de 1985. E as relações entre os dois sempre tiveram um lado secreto, clandestino, escondido mesmo de companheiros de política como foi o próprio Renan; e o segredo encobriu, quase sempre, ações ilícitas, ilegais.

Na CPI, quando perguntado sobre as razões de ter parado de se encontrar com Collor desde os tais "um ano e oito meses", PC disse que tinham sido "razões de foro íntimo" dele e do presidente. Por que dois amigos, de longa data, que não teriam feito nada de errado, que não teriam nada a esconder, deixam de se reunir para conversar sobre suas vidas?

O senhor continua amigo do presidente? - perguntaram na CPI a Paulo César. Com certeza, ele respondeu, de pronto. E Collor? Continua seu amigo? "Perguntem a ele", disse PC.

De fato, por trás do véu das muitas mentiras ditas por Collor à imprensa e por Paulo César na CPI, diz Renan, o que existe é um *capo* tentando se salvar; e um mafioso menor, já sem certeza de ter a proteção que julga merecer.

CINCO CAMPANHAS. Alagoas é como a Calábria, diz um italiano que se fixou em Garça Torta, perto da casa de Renan Calheiros, em Maceió. Terra de *famílias*, de honras a serem vingadas a tiros. E de traições cruéis, também. No último dia 22 de maio, o jornal *Zero Hora*, de Porto Alegre, no auge da briga entre Collor e seu irmão, quando o presidente procurava difundir a versão de que Pedro era desequilibrado, divulgou uma história extraordinária. No segundo semestre de 1985, descontente com o noticiário de uma das apresentadoras da TV Gazeta, Pedro Collor teria entrado num ataque de fúria em que teria quebrado móveis, quadros, telefones e até os monitores de tevê. Quando a moça entrou na diretoria após o programa, para ouvir as reclamações do patrão, Pedro Collor estaria, disse a *Zero*



BETO CAMACHO / AE



CARLOS RODRIGUES / AE

FC & PC (acima) tramaram cinco campanhas (abaixo, cena da quarta)

Hora - em texto não assinado, com aparência de reportagem - nu, estatelado no chão, com olhos fixos no teto.

Essa história é uma mentira completa. É prova do jogo sujo, impiedoso, por trás da CPI, que não poupa honras, nem irmãos, nem amizades. "Foi plantada por Collor", diz um jornalista alagoano, amigo de Ivone Kerr, a apresentadora em questão, e que estava presente na hora da bronca de Pedro - resumida, aliás, a um murro violento numa mesa, cuja tampa se abalou.

Quem difama o irmão pode trair o amigo? Paulo César Farias devia estar pensando assim, quando seus irmãos passaram para os jornais, há poucos dias, a informação de que ele não aceitava ser abandonado pelos amigos que tanto ajudou.

PC foi tesoureiro, coordenador administrativo e uma espécie de principal representante pessoal e político de Fernando Collor de Mello desde o final de 1985, diz Renan. Juntos, fizeram cinco campanhas.

■ A que elegeu Collor governador de Alagoas.

■ A que organizou nacionalmente o PRN, trampolim para o projeto inicial de Collor de ser candidato a vice-presidente na chapa de Mário Covas.

■ A do primeiro turno nas eleições presidenciais, desencadeada logo que Collor percebeu sua chance e a fragilidade da campanha dos tucanos.

■ A do segundo turno presidencial, quando a dupla extrapolou seus limites - até então restritos a alianças regionais com grupos de pouca expressão - e recebeu o apoio de 99 entre cada 100 grupos de grandes proprietários da elite brasileira, para derrotar Luís Inácio Lula.

■ E a última, logo a partir da vitória no segundo turno, já com Collor presidente eleito, quando o grupo de jovens, políticos alagoanos e economistas de São Paulo

e do Rio, articulados em torno do esquema Collor-PC, se viu, de repente, com o fruto de sua audácia nas mãos: o poder de decisão sobre a máquina do Estado brasileiro, uma das dez maiores do mundo.

CAIXINHA DO SEGREDO. PC disse na CPI que os ataques a ele partem de hipócritas e de pessoas inconformadas com o extraordinário sucesso dessas campanhas. A verdade mora num poço, já se sabe; o governo do Brasil Novo que o seu grupo prometeu está sendo um fracasso espetacular; mas PC tem razão quando diz que o segredo de suas relações com Collor - que a CPI está começando a perseguir, falando em punição - já é conhecido, em linhas gerais, por todos os políticos minimamente espertos deste país.

Quer dizer: quem fizer uma CPI para perseguir o Zé Português, tesoureiro de Quércia, ou o Luís Batalha, tesoureiro do Fleury, ou o Rafael Borges, tesoureiro do Brizola, é hipócrita e tem segundas intenções. Na prática, o que existe, em todos os casos, é uma relação como a de Collor com PC Farias, onde o "grande político" é o homem bom, das idéias; e o tesoureiro é o homem mau de plantão: o que pega o dinheiro, o que suja as mãos, desrespeita a lei.

Salvo um ou outro partido de tendência socialista, e ainda nesses casos com ressalvas, a política no Brasil, e nos Estados capitalistas de modo geral, é dominada pelo dinheiro e, em última instância, pelos financiadores das campanhas. Eles pagam a orquestra. E decidem se se toca valsa ou baião.

Não existiu um esquema PC com seus homens de ouro, prata e latão, que romperam o processo político do país. Existiu o esquema Collor, que transferiu prestígio político para PC. De quem é Guy de Longchamps, que mora no apartamento de 2,7 milhões de dólares em Paris, onde funciona uma companhia que faria parte

COLLOR

... o jogo sujo em cinco campanhas, e algo mais.

do esquema secreto das finanças de PC? Não vê quem não quer: Longchamps esteve na posse de Collor e foi apresentado pelo presidente aos diplomatas franceses, que passaram a considerar a sua casa tão importante quanto a embaixada brasileira em Paris. PC deve estar nessa história de segunda mão. De quem é Marcelo Ribeiro, diretor da empreiteira Tratex, que foi secretário nacional de Transportes e tentou promover a reparação de milhares de quilômetros de estradas brasileiras a um custo de meio bilhão de dólares, repartido entre algumas empreiteiras, logo no início do governo Collor, sem licitação? É um preposto de PC? É amigo de juventude de Collor, desde Araxá; PC deve ter assumido, apenas, a sua coordenação. O mesmo acontece com Luis Quatroni, da área financeira, e com Leone Ramos, que é acusado de controlar os fundos de pensão das estatais, dentro do suposto esquema de PC.

O SOM DO DINHEIRO. PC tem uma história empresarial e relações políticas menores, que existiam antes de Collor e se misturaram com as que

Collor lhe transferiu nas cinco campanhas. Collor, no entanto, sempre foi o chefe. Foi quem dirigiu as reuniões, como a que está fotografada na última edição da revista *Veja*, de arrecadação de fundos de campanha. Collor está no centro da foto. Fala a linguagem da aparência, dos ideais políticos. E nem a que ele quer, por inspiração isolada, original, mas a que os donos da orquestra querem ouvir. PC está ao lado para ouvir a resposta. Para a música real, do vil metal.

Uma rápida espiada no que foram as cinco campanhas e lá estão os nomes. Na de governador, em 1985, Collor se apoiou na dissidência da oligarquia alagoana - os Lyra e os Vilela - e num certo clima de renovação nacional que a Nova República prometeu nos seus primeiros meses, sem cumprir, afinal. Na segunda, estão os usineiros alagoanos em bloco, por exemplo. Mesmo os que foram chamados de elite retrógrada, de bandidos, sabiam que os xingamentos eram para pegar o eleitor incauto. O que valia mesmo eram os acordos que o estado de Alagoas de Collor de Mello fez para devolver-lhes 110 milhões de dólares de impostos. Com certeza, em troca da comissão que catapultou a articulação do Caçador de Marajás para a escala nacional. PC apenas, como se diz na gíria do setor, "viabilizou" a operação, "contornou" a lei.

Quem pagou os 14 jatinhos que Collor chegou a ter à sua disposição, no auge da campanha presidencial? E as montanhas de papel? Foi o prestígio ou a persuasão do empresário alagoano que reuniu Odebrecht, OAS, Andrade Gutierrez, Monteiro Aranha, Horácio Cherkassky, Moreira Salles e centenas de nomes desse tipo, que aparecem na CPI e na leitura dos jornais de época como financiadores de Collor? Ou foram eles que se uniram em torno de Collor repassando o dinheiro a PC, apavorados, como disse Mário Ama-



O natal de 89 de Renan (acima) e Bulhões (ao lado)

to, que chegou a anunciar a fuga de 800 mil empresários do país diante da possibilidade de vitória da Frente Brasil Popular?

ALAGOAS CONTRA O MUNDO. A teoria mais em voga para explicar o desmantelamento do esquema Collor-PC atribui ao empresário alagoano uma ganância fora do comum na quinta campanha. Essa gana teria elevado as comissões, normais quando situadas

nos níveis de 2 a 10%, para 30-40%, faixa intolerável, que teria transformado a comissão num negócio estéril, improdutivo, em si. A revista *Veja* disse isso. Renan Calheiros também pensa assim.

PC pensa de modo diferente, ao que parece. Ele teria dito, no segundo semestre de 1990, irritado por uma disputa em torno dos negócios no Banco Central, dirigido por Ibrahim Eris. "Eu fico me matando para acharar usineiro falido, em busca de dinheiro para nossas campanhas e vem esse turco e, com uma mexida de 0,00001% na taxa de câmbio, é capaz de faturar US\$ 10 milhões!"

Mesmo que não tenha sido exatamente assim a briga entre PC e Ibrahim, que de fato existiu, a frase é uma metáfora razoável da situação. Um pequeno grupo, relativamente marginal na política do país, aproveitando-se de uma situação peculiar na vida nacional, em que o povo queria mudança e ainda se deixou enganar por uma falsa renovação, pulou para a arena de comissões *muito menores em porcentagem*, mas brutalmente mais elevadas no seu valor em dólares reais, devido ao seu alcance, nacional e internacional. Alagoas lançou-se no mundo e se perdeu.

O esquema Collor-PC naufragou nas grandes compras de medicamentos, geralmente de grupos internacionais; nas transações internacionais e nas plataformas marinhas da gigantesca Petrobrás; nos negócios de 0,0000 e pouquinhos por cento das dezenas de bilhões de dólares dos fundos de pensão das estatais; na divisão do botim das concorrências para os telefones celulares, dos bilhetes dos jogos de azar oficiais da Caixa Econômica, dos financiamentos das redes continentais de nossas telecomunicações.

Pode-se achar Motta Veiga comido, elegante e honesto e PC Farias pegajoso, guloso e ladrão, como se está fazendo. É uma simplificação grosseira, irreal. Numa

reunião da Sudene, em abril de 1991, Antônio Carlos Magalhães, descontente com a intervenção do governador de Alagoas, Geraldo Bulhões, bem ao seu estilo, meteu-lhe o dedo na cara e disse: "É melhor você ficar quieto aí, se não eu conto aqui mesmo como é que você ganhou a eleição em Alagoas."

A fraude nas eleições de Alagoas, patrocinada nitidamente pela dupla Collor-PC, com o agravante da participação direta da mulher do presidente, Rosane Malta, foi de fazer corar ressuscitados políticos da República Velha, segundo depoimento do próprio presidente do TRE, Hélio Cabral. ACMA condenou, no entanto, porque é o honesto neste mar de lama? Ou há mais caroço nesse angu? Como se comportaram, no conflito PC-Motta Veiga, por exemplo, os interesses do chamado grupo Geisel da área petroquímica, onde se abrigam grandes grupos brasileiros associados a multinacionais?

A conclusão da CPI ainda está distante. A oposição popular não pode pretender que essa crise sirva para eliminar de vez a política do dinheiro e para criar uma política autêntica de participação, que dispense os "salvadores da pátria" com seus PCs e os patrões que constroem semelhante mistificação. Não pode, também, desprezar conquistas parciais, como a prisão e punição de alguns ladrões, e o desmascaramento do falso governo de renovação nacional. Deve estar atenta, porém, para as manobras dos que querem que apenas alguma coisa mude, para que tudo continue como está. Ou pior.

RAIMUNDO RODRIGUES PEREIRA

TOMÉ DE SOUZA



CORRUPÇÃO

O PACTO DA HIPOCRISIA

Dois importantes expoentes das forças conservadoras fizeram nos últimos dias declarações estonteantes sobre negócios públicos e corrupção. No dia 21, o presidente da Fiesp, Mário Amato, ouviu o pronunciamento de Collor na TV e pareceu sensibilizado a ponto de fazer comovidas declarações. "Somos todos corruptos ninguém tem o direito de atirar a primeira pedra".

Menos de 48 horas haviam se passado quando o líder do PRN no Senado, Ney Maranhão, revelou em pleno Palácio do Planalto sua condição de sonegador de impostos. "Quem não sonega, não sobrevive", procurou justificar.

Até há algum tempo, as classes dominantes procuravam apresentar o fenômeno como a grande causa do atraso e da pobreza do país. Armaavam enormes escândalos toda vez que um corruptozinho qualquer era pego com a boca na botija. E fechavam os olhos para transferências de recursos incomparavelmente maiores, feitas pelo Estado em benefício dos grandes grupos empresariais.

As circunstâncias certamente mudaram. Os trabalhos da CPI chamaram novamente a atenção popular para os métodos ilícitos usados no trato do patrimônio público. Além disso, as investigações ameaçam pôr a nu, por exemplo, que as práticas eleitorais usadas pelas elites são costumadamente corruptas. Diante disso, o discurso da direita pode ter mudado também.

Ao dizerem que somos todos corruptos, as classes dominantes podem estar tentando diluir o fato de que ao longo de toda nossa história a corrupção serviu essencialmente a elas, que a empregam de forma sistemática para ampliar o controle sobre o Estado. Podem estar, também, tentando impor uma espécie de ética da corrupção, segundo a qual a desonestidade deve ser vista como prática normal, e finalmente aceita como um método político - e que é preciso aceitar como as epidemias, as secas do Nordeste e as inundações no Sul.

OUVIDOR GERAL

BYE, BYE BRASIL. Foi uma graça ver Fernando Collor na TV, no domingo 21/6, logo antes do *Fantástico* da Globo, candidatando-se a ser novamente Fernando Collor e presidente da República. Falando brabo e veemente, fechando os punhos, Collor buscava a energia antiga da campanha. O que lá era uma maneira de despertar uma forma complexa de histeria coletiva - e que deu, de certa forma, certo, levando-o a ganhar os votos de muita gente - agora aparecia como imitação de um estilo que deu de si.

Diz Renan Calheiros, em entrevista à *Veja*, que Collor desconversou quando ele o procurou para falar do esquema PC Farias. Na TV, de qualquer forma, Collor desconversou, querendo apresentar, no lugar de um esquema, outro, de que ele seria vítima: um esquema movido por uma forma sórdida de revanchismo. Mas a bola continua no campo dele: como as denúncias vão se acumulando, e crescendo em documentação, Collor pode escolher entre afundar com o navio que capitaneou, ou então candidatar-se a homem sem visão do século, aquele que queria "conduzir" um país e era incapaz de ver o que se fazia debaixo do próprio nariz. Não convence. Ainda não se sabe se a peça vai prolongar-se como drama, acabar em tragédia, ou dar em comédia. Mas a farsa, essa acabou.

○ FECHAMENTO DOS PORTOS.

Há uma feroz campanha em curso na imprensa brasileira contra os sindicatos de portuários em todo o país, apontados como os grandes responsáveis por tudo que de ruim existe no sistema de transporte marítimo que temos. Contra os portuários levanta-se novamente o poder de uma palavra que, de tão usada, e mal usada, é das que mais envelheceu recentemente: a "modernização". "Modernizar" agora, neste contexto, significa apenas quebrar o sistema de indicação dos trabalhadores por tarefas, incumbência que os sindicatos detêm. Como se já não vivéssemos numa das economias mais privatizadas do mundo, condição que inclui tudo, inclusive os portos, o governo, o estado, e as estatais. Cabe perguntar: se vitorioso o esquema de privatização dos portos, na melhor tradição brasileira, que cartel assumirá o comando e ditará os preços e propinas diretamente? Essa é a questão.

FLÁVIO AGUIAR



ELITES & CPI

A SÍNDROME DE

Diante do avanço das investigações da Comissão, as elites se dividem.

As primeiras reações de Mário Amato ao pronunciamento que o presidente Collor fez em cadeia de rádio e TV na noite de 21 de junho, domingo, foram tão extravagantes e comprometedoras que o próprio jornal *O Estado de S. Paulo*, que as colheu, somente as publicou com dois dias de atraso, e inúmeras ressalvas. "Somos todos corruptos; ninguém pode atirar a primeira pedra", disse o líder da burguesia paulista. Como se não bastasse, relatou mais tarde ao mesmo jornal que tentou insistentemente um contato telefônico com Collor no dia 22. Queria levar ao chefe da nação uma palavra de estímulo, dizer-lhe "avante, presidente", pedir que perseverasse na adoção das reformas econômicas que as elites vêem como saída para a crise.

Na terça-feira, no entanto, o presidente da Fiesp já não transmitia o mesmo entusiasmo. Ouvido pela *Folha de S. Paulo* sobre o debate acerca do mandato de Collor, que naquele mesmo dia era questionado por líderes conservadores destacados, Amato retraiu-se visivelmente: o importante, falou, "é que a CPI vá até o fim. E quem tem culpa no cartório que pague".

Será sempre possível atribuir a súbita oscilação do mais importante dirigente empresarial do país a um mero descontrole pessoal, ainda mais quando se conhecem seus destemperos anteriores. No entanto, uma análise mais profunda das mudanças por que passou o panorama político nas duas últimas semanas revelará o surgimento de uma nítida *divisão* das classes dominantes, a respeito do futuro institucional do país. Por trás das divergências apareceram com clareza sinais de que se acirra, entre os poderosos, a disputa quanto à sucessão presidencial de 1994.

ACM COMEÇA A AGIR. A primeira parte desta história tem como pivô destacado o governador baiano Antonio Carlos Magalhães, que passou a desenvolver atividade frenética desde que Collor voltou da Eco-92. Depois de ter se calado durante longas semanas, e ter chegado a abanar o clima de desconfiança e desgaste do presidente (a entrevista de Luiz Otávio Motta Veiga colocou Collor "numa situação muito difícil", disse em 15/6), ACM desembarcou no dia 16 em Brasília e reuniu-se sucessivamente com Ulysses Guimarães, o ministro Jorge Bornhausen e o próprio Collor.

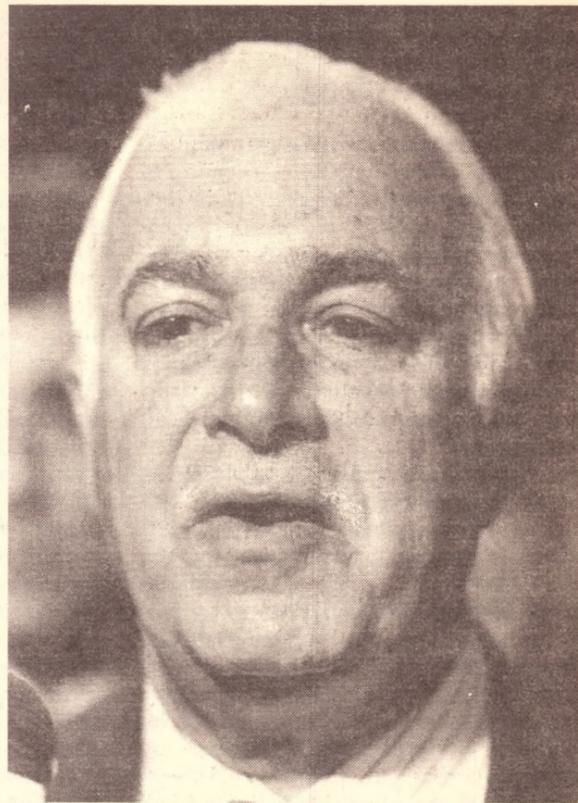
Passou, em seguida, a firmar uma posição muito mais clara e saliente. Defende de forma aberta a punição de Paulo César Farias ("Tem que pagar. Tanto este quanto vários outros PCs que existem espalhados pela administração federal e as estaduais", disse ele em entrevista). Mas apóia-se nessa posição para tentar afastar, pelo método das ameaças, qualquer ataque ao chefe de PC. Chegou a dizer, provocado pela revista *Isto E*, que decretar o *impeachment* seria "rasgar a Constituição", e que "se for rasgada para afastar o presidente, também o será para afastar o vice".

Até então, o Palácio do Planalto parecia inerte. "A impressão que se tem é que o governo mergulhou: ficou sem iniciativa até para se defender dos ataques que lhe são lançados", chegaram a reconhecer em 15 de junho "políticos com trânsito junto a Collor" citados pelo jornal *O Estado de S. Paulo*. Alentados pela ação de ACM, e sem dispor de estratégia própria, o presidente e seus seguidores embarcaram na que lhes oferecia o governador baiano. Poucas horas depois de *Veja* publicar, no dia 21, a entrevista em que Renan Calheiros diz que "Collor sabia" da ação de PC, o presidente iniciou, em rede de rádio e TV, o contra-ataque às denúncias,



VIDAL CAVACANTI / AE

As declarações esdrúxulas do presidente da Fiesp refletem um dilema maior das classes dominantes: defender Collor, como quer ACM, ou substituí-lo sem mexer em seu programa, como parece preferir Quéricia?



JOSELENDO TENÓRIO / AE

a tentativa de arrebancar de novo suas forças. Um dia depois, ao reunir-se com os editores dos maiores veículos de comunicação, insistiu na tese: disse que é preciso afastar do vocabulário político termos como renúncia ou *impeachment*. E cobrou maior destaque do noticiário à execução do programa neoliberal que as classes dominantes querem, e que ele, Collor, foi eleito para implementar.

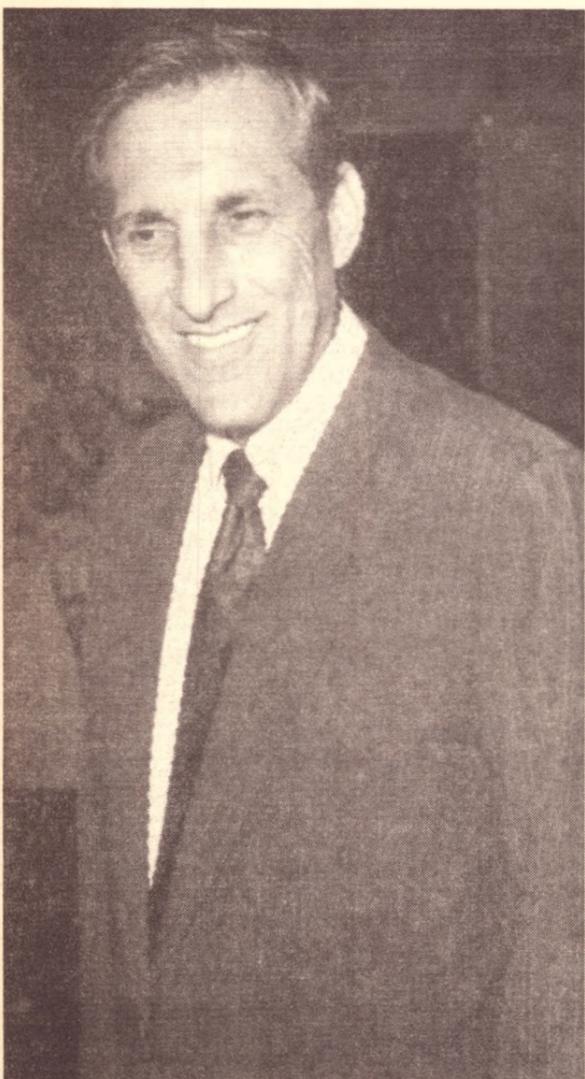
ÊXITOS DO PRESIDENTE. O governador baiano e o presidente alcançaram alguns êxitos inquestionáveis. Até o dia 23, pelo menos, o deputado Ulysses Guimarães insistia em repelir a hipótese do *impeachment*, o que era uma mudança em relação ao que defendera uma semana antes ("Pelo rastro se pega o ladrão", dizia uma nota à imprensa lançada por ele no dia 15, o que

sugeria a extensão das investigações até o presidente da República). O também muito influente governador mineiro, Hélio Garcia, havia adotado posição semelhante. No setor empresarial, apenas Mário Amato se pronunciou, da maneira já conhecida, após o discurso de Collor na TV. E entre os grandes jornais, pelo menos três (*O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e *O Jornal do Brasil*) passaram a rechaçar a possibilidade de *impeachment*. Os dois últimos sequer noticiaram as denúncias de Renan Calheiros contra Collor, embora seja certo que pelo menos *O Globo* o entrevistou.

PRIMEIROS OBSTÁCULOS. A partir de um certo instante, no entanto, a estratégia de Antonio Carlos Magalhães esbarrou nas próprias dificuldades que as elites enfren-

MÁRIO AMATO

Um setor parece disposto a sacrificar Collor, para salvar seu programa.



OSÉ VARELA / AE

surgiram os primeiros sinais da armação de ACM, que Orestes Quércia abandonou a discrição que vinha mantendo há meses e começou a agir com desenvoltura. O presidente do PMDB anunciou à **Folha de S. Paulo** que estaria já no dia seguinte em Brasília para reagir ao que chamou de "movimento de proteção a Collor" na CPI. Cauteloso, sem querer ainda posicionar-se pelo *impeachment*, ressaltou que "este é um instrumento constitucional". Procurou posar de paladino das investigações: a CPI "tem de apurar tudo, ir até o final", declarou. E fez uma estranhíssima afirmação, que batia de frente com as ameaças de Antonio Carlos Magalhães. Em caso de afastamento de Collor, "o PMDB e as Forças Armadas garantem o cumprimento da Constituição", disse ao líder de seu partido na Câmara, Genebaldo Corrêa, que se encarregou de espalhar rapidamente a ponderação.

Em primeiro lugar Quércia pretendia, com esta reação repentina, disputar o espaço que Antonio Carlos Magalhães estava ocupando solitariamente até então, e que, como lembrou **Isto É**, poderia render-lhe frutos preciosos na disputa pelo apoio das elites. Mas em segunda instância, sua manobra tinha dois objetivos estratégicos. O ex-governador de São Paulo posicionava-se, antes de mais nada, para a hipótese de surgir um fato novo que fizesse desmoronar repentinamente a sustentação de Collor. Ao aparecer como o defensor mais destacado da posse de Itamar, ele se credenciava a ocupar o papel mais proeminente do cenário político, e a infligir um golpe de consequências devastadoras contra ACM, caso os "de cima" fossem obrigados a abandonar o presidente.

É mais que certo, além disso, que Quércia tinha em mente segundas intenções ao referir-se de forma tão aberta e destacada ao papel das Forças Armadas como "garantidoras da Constituição". Há tempos desejoso de ampliar seus contatos e se possível estabelecer pontos de apoio entre os militares, o presidente do PMDB pode ter vislumbrado no debate em torno da eventual sucessão prematura de Collor uma oportunidade rara para concretizar velhos objetivos. A hipótese é ainda mais plausível quando se juntam as declarações de Quércia às articulações que o próprio Itamar Franco vem realizando há semanas, junto a expoentes dos meios castrenses.

CONCHAVOS NOS QUARTÉIS. O vice-presidente tem mantido sucessivos encontros com Aureliano Chaves, que por sua vez funcionou em pelo menos uma ocasião como ponte entre ele e o general Ernesto Geisel. Nas últimas semanas, enquanto cresciam os ataques a Collor, as articulações de Itamar com a caserna se multiplicaram. Há dias ele se avistou com o ministro da Marinha, Mário César Flores, e obteve deste, garantiram vários órgãos da grande imprensa, a promessa de apoio para tomar posse, caso Collor não consiga se sustentar. Em 20 de junho, o vice dirigiu-se a Manaus, para assistir a operações da Marinha. No dia 22 estava marcado para ocorrer, a bordo de uma corveta fundeada no Rio Amazonas, um encontro entre o vice e oficiais graduados do Exér-

cito e da Aeronáutica. Dois dias depois, ainda de Manaus, Itamar divulgava à nação uma "nota do vice-presidente da República", em que se negava terminantemente "demitir-se de seus deveres constitucionais". Ao lançar o comunicado, concedeu entrevista em que pediu aumento das dotações orçamentárias às Forças Armadas.

Provavelmente apoiada pelos militares, a eventual posse do vice ainda esbarrava nos preconceitos que as classes dominantes nutrem contra ele, um homem que se posicionou claramente, por exemplo, contra a privatização da Usiminas. Na entrevista que concedeu a **Isto É** de 21/6, o próprio Itamar se encarregou de iniciar uma retocagem rápida da própria imagem. Indagado a respeito de suas posições "nacionalistas", ele respondeu com frases que repetem muitos dos jargões liberais da moda. Qualquer tipo de nacionalismo "radical", disse, "seria hoje um fóssil vivo, caminhando na contramão da história contemporânea".

Um setor das classes dominantes foi imediatamente sensível à conversão. No dia 22 a **Folha de S. Paulo** dava destaque a um longo artigo em que o ex-ministro Bresser Pereira afirmava que Itamar é visto como alguém não confiável, apesar de nada haver contra ele, mas contra-argumentava que "o governo Collor já acabou na prática, embora lhe falem dois anos e meio para terminar. Vinte e quatro horas depois, Quércia, já em Brasília, bateu na mesma tecla: pior que o *impeachment*, falou ele, "é do jeito que está, esta incerteza".

ESQUERDA PARALISADA. Mais importantes que a pessoa do vice-presidente são as condições em que ele eventualmente tomará posse - parecia ser este o raciocínio. Guindado ao poder por obra de um Congresso conservador como o atual, Itamar poderia transformar-se num executor do programa neoliberal *mais capaz que Collor*, cuja capacidade de agir está minada pela falta de credibilidade.

Até o momento em que fechávamos esta edição de **Brasil Agora** era impossível prever o desfecho final da batalha entre as duas facções, ambas muito poderosas, em que pareciam ter se dividido as elites. A falta de unidade entre elas, num momento em que as tensões sociais se agravam sem cessar, continuava a constituir-se numa ameaça permanente ao projeto de sair da crise através de uma alternativa conservadora. A esquerda, porém, continuava incapaz de transferir para as ruas o debate sobre o futuro político do país. O povo corre o risco de permanecer assistindo à distância, na arquibancada, ao remate do impasse político.

ANTONIO MARTINS



MARINONI

BANESER

MAIS LAMA SOBRE FLEURY

Cerca de um mês depois de terem surgido as primeiras denúncias, continua repercutindo intensamente em São Paulo o escândalo Baneser - que pouco a pouco vai revelando ao menos parte do autêntico cipoal de irregularidades em que parece estar envolvido o governo Fleury.

Desde o início do mês tinham vindo à tona tanto a contratação maciça de funcionários, sem concurso, pela Banespa Serviços Técnicos - a Baneser - quanto os contratos que esta empresa fazia com outros órgãos do estado, a troco de polpudas comissões e a articulação por ela de uma autêntica rede de espionagem, voltada para alimentar a máquina eleitoral peemedebista.

No dia 11, no entanto, uma comitiva de seis deputados estaduais petistas fez uma visita-surpresa à Baneser e constatou que, num autêntico acinte à opinião pública, as contratações irregulares *continuavam sendo feitas*.

As reações do governo Fleury foram as mais estapafúrdias. A bancada do PMDB na Assembléia Legislativa chegou a recolher assinaturas para a instauração de uma CPI *contra os deputados* que haviam feito a denúncia, esquecendo-se até mesmo de que a Constituição Estadual lhes dá, expressamente, o direito de realizar diligências em órgão da administração direta ou indireta.

Do ponto de vista político, as repercussões têm sido amplamente desfavoráveis ao governador. Sua administração, antes vista como "diferente da de Quércia" até mesmo por setores da esquerda, ficou carimbada com a marca das irregularidades administrativas. Os efeitos têm sido devastadores também na vida política das cidades do interior. Em alguns municípios, como Ribeirão Preto, Marília e quase todo o Vale do Paraíba, ficou demonstrado que um enorme contingente de candidatos a prefeito, apoiados por Fleury, e mesmo de seus assessores, participava dos "trens da alegria" da Baneser, recebendo muitas vezes salários de marajás. O desgaste destes candidatos já é notável em diversas regiões.

DUARTE COELHO

FLANCO DESGUARNECIDO. Isto é estava atingindo o esquema montado pelo governador baiano num flanco desguarnekido. É evidente que nem todas as forças e as personalidades que acompanharam ACM nos primeiros movimentos de sua manobra vêm nele seu candidato a presidente. É mais que claro, também, que os ataques desfechados à Constituição só poderiam despertar repulsas. Ulysses Guimarães foi o primeiro a dissociar-se deles, já no dia 22. Ressalvando que se mantinha contrário ao *impeachment*, disse que se ele viesse a ocorrer o vice Itamar Franco teria de assumir. Um dia depois, o velho deputado parecia distanciar-se ainda mais de Collor: "Eu, defender o presidente? Se ele depender da minha proteção, está frito", disse Ulysses aos jornais.

Foi precisamente no dia 22, quando

O naufrágio de Collor

Denúncias pipocam de todo lado, envolvendo o próprio presidente em crimes de responsabilidade.

Cerca de três semanas e sete depoimentos após ter tido seu início, a CPI que investiga atividades do empresário Paulo César Farias, vulgo PC, já conseguiu reunir, mais do que indícios, algumas evidências de que há algo de podre no reino das Alagoas.

Em sua edição especial de nº 16, **Brasil Agora** apontava um possível roteiro de seis questões básicas para que a CPI pudesse, de fato, apurar alguma coisa. Seriam as seguintes: (1) os negócios particulares de PC; (2) o papel de PC como caixa da campanha de Collor; (3) ligações e papel de PC após eleição e posse de Collor; (4) papel de PC na eleição de 1990 em Alagoas; (5) papel de Collor nisso tudo; (6) alcance e consequências dos delitos, crimes e irregularidades eventualmente comprovados.

TROPEÇOS COMPROMETEDORES. Após terem sido ouvidos na CPI Pedro Collor, o próprio PC, Cláudio Vieira, os empresários Takeshi Imai e José Maria da Fonseca, o irmão de PC, Luiz Romero Farias, vulgo LR-1, e o confuso misto de empresário-sócio-de-PC-piloto-de-avião-e-ex-manequim Jorge Bandeira, pode-se dizer que grande parte desse hipotético roteiro foi generosamente percorrido. No que se refere à natureza dúbia de seus negócios particulares, o próprio PC se encarregou de não deixar qualquer margem de dúvida a esse respeito - além de admitir a sonegação de impostos, enrolou-se numa explicação pouco convincente sobre gastos pessoais

contabilizados como pessoa jurídica. Já com relação ao seu papel como caixa de campanha, também o próprio PC debochou dos parlamentares que lhe perguntavam sobre números, dizendo que isso era uma pergunta "hipócrita", pois os gastos eram "imensuráveis". Na semana passada, a exótica figura do "comandante" Bandeira botaria um pouco mais de areia no caminhãozinho de PC, deixando no ar a hipótese de que a empresa Brasil Jet seria, na verdade, uma fachada para "lavar" dinheiro da campanha.

Quanto ao trabalho de PC durante o governo Collor, a denúncia do empresário Takeshi Imai (tentativa de extorsão) põe a nu, com minúcias, suas técnicas operacionais. Também no que se refere aos estranhos episódios ocorridos durante a campanha de 1990 em Alagoas, o depoimento do ex-deputado Renan Calheiros deverá ser contundente e incômodo para toda a quadrilha de Alagoas.

Com o depoimento do ex-presidente da Petrobrás, Luís Octavio da Motta Veiga, na próxima segunda-feira, 29, ficará exposta a prática de tráfico de influência, por parte da quadrilha de Alagoas, dentro do governo. Posto isto, sobram apenas duas perguntas básicas, a serem respondidas: o foco de



Entre Vragas e elle, graves analogias

irradiação das contravenções, delitos, violações, irregularidades e crimes praticados pela quadrilha seria o próprio Palácio do Planalto? Seria Fernando Collor, instigador, beneficiário, conivente, cúmplice, omissor, todas ou nenhuma das hipóteses acima enunciadas? (A entrevista de Renan Calheiros à *Veja*, o desmentido posterior de Collor e a incômoda confirmação de Bernardo Cabral configuram, pelo menos, duas hipóteses: a omissão e a mentira.)

CRIME DE RESPONSABILIDADE. Tráfico de influência, crime eleitoral, extorsão, prevaricação e (possível) evasão de divisas. Se comprovadas, quaisquer dessas denúncias podem ser facilmente qualificadas como crime de responsabilidade, figura jurídica que permite o julgamento de *impeachment*

do presidente da República.

"Os fatos podem até existir", afirma o jurista Celso Bastos, "pois a Constituição enquadra em crimes de responsabilidade do presidente até casos de improbidade administrativa, por exemplo." Em sua opinião, entretanto, seria necessária uma escalada de denúncias num crescendo insuportável para que a Câmara dos Deputados aceitasse politicamente a necessidade de julgar e condenar o presidente por crime de responsabilidade. "O impedimento vem antecedido por um julgamento político", explica, "porque são necessários dois terços dos votos da Câmara para que o presidente possa ser julgado."

MOMENTO DEMOCRÁTICO. Já o jurista Goffredo Telles Junior, outro conhecido estudioso do

Direito Constitucional, entende que o momento é dramático. "Eu, com os meus 77 anos, já pude viver crises semelhantes a esta", declara. "Não há crises iguais, mas há crises análogas. Em 1954, podemos dizer que houve uma crise análoga, com semelhanças até em alguns detalhes, como o envolvimento do irmão do presidente da República. Naquela época, o presidente teve que convocar todo o Ministério, à meia-noite, após ouvir as ponderações dos principais chefes militares. Depois, às 4 da manhã, resolveu licenciar-se da função de presidente enquanto durasse o processo da rua Toneleros. E, às 8 e meia da manhã, deu um tiro no peito." Há outras saídas, no entanto, segundo Goffredo Teles Junior. "Como eu disse, não há crises iguais. O presidente Collor é moço, é forte e certamente não vai dar um tiro no peito. Mas, a meu ver, ele está a pique de renunciar, pois não há muitas saídas. A renúncia é a saída honrosa."

Não é sem razão que Collor exuma, em pronunciamento pela rádio e televisão, o velho batido *slogan* da solidão ("Minha gente, não me deixem só!"). A sua "tchurma" está começando a vacilar. As elites debatem, quase publicamente, o futuro imediato do Brasil pós-*impeachment* (ou renúncia). Os principais meios de comunicação mudam, de acordo com os ventos que sopram. Collor está sendo abandonado pela "sua gente". Ele é hoje um homem pateticamente só.

JÔ AMADO

IMPrensa

A demolição de um presidente

Denúncias sempre sondaram Collor. Agora a imprensa investiu nelas: por quê?

Ao atingir um patamar que pode levar à remoção do presidente, a crise de governo parece corroborar a tese de quem pensa que o seu foco é o próprio Collor. Mas esse diagnóstico não explica a natureza do processo em curso. Que forças sociais e políticas conduzem a campanha anti-Collor? E como explicar o papel da imprensa? Quais as semelhanças e quais as diferenças em relação à crise que levou ao suicídio de Vargas?

Vargas foi alvo de uma campanha articulada entre grupos poderosos da burguesia com o objetivo principal de desmontar o Estado populista e derrotar o nacionalismo. Graças ao efeito ricochete do suicídio, esse objetivo só seria alcançado no golpe de 1964.

PACTOS E APOIOS. Collor não está sendo combatido por nenhuma fração importante da burguesia. Os grandes blocos políticos representativos das classes conservadoras apoiam seu governo como alternativa das elites para o momento. O imperialismo apoia entusiasticamente. A amorfa oposição de centro, representada pelo PMDB e parte dos tucanos, põe em campo estratégia principal de não permitir nem o fortalecimento de Collor nem sua desestabilização, com vistas a disputar sua sucessão em 1994. Essa é também a estratégia de

Brizola, que firmou um pacto de mútua sustentação com Collor desde o começo, a ela se agarrando com firmeza e cinismo.

A única oposição sistemática e organizada a Collor vem do PT e da CUT. No entanto, é um equívoco atribuir ao PT ou aos sindicatos o papel de condutores do atual processo de rejeição de Collor.

Também é um equívoco atribuir o processo social de repúdio político de Collor às denúncias de corrupção. Essas denúncias não são a causa do repúdio e sim o seu pretexto. Quase todos os governantes burgueses roubaram, fizeram caixinhas eleitorais, traficaram influência, favoreceram amigos e famílias.

OS GRANDES JORNAIS. Hoje, os barões da imprensa vivem um momento de dramática contração nas vendas e na publicidade. Precisam manter um

grau de fidelidade a seu público. Mas é um público compartimentado e quase cativo, constituído em sua maior parte pelos próprios protagonistas das notícias, pelos quadros dirigentes da burguesia, instituições públicas e grandes companhias.

A ponderação dessas várias necessidades muda nos casos da *Folha de S.Paulo* e da *Veja*, principalmente. A partir de um objetivo mercantil - a de que o jornal precisava deixar de ser provinciano para sobreviver - nasceu o projeto *Folha*. Assim, a *Folha* capitalizou a campanha das Diretas Já, mas recuou e se enquadrou na conspiração anti-Lula. Depois, voltou-se contra Collor, faturando o processo de rejeição já discernível.

Veja é o hoje o veículo mais identificado com a classe média do Brasil, com um público total que pode chegar nestes momentos de crise a 5 milhões

de leitores. *Veja* soube crescer com a crise do poder de compra da classe média e está sendo simplesmente fiel aos sentimentos de seu público.

EXEMPLO. Se este diagnóstico da crise estiver correto, o processo de repúdio a Collor só terminará com algum ato de punição pública e exemplar, de grande poder simbólico. Provavelmente com seu afastamento, seja ele culpado ou não. Os grupos dominantes, surpreendidos com a velocidade do processo, tentarão agora ganhar tempo para compor a tradicional saída elitista. Achar um novo "Tancredo". Poderá ser o próprio Itamar Franco, no bojo de uma ampla recomposição do governo e de suas políticas, preservando a legalidade, que ninguém quer ver quebrada.

BERNARDO KUCINSKI,
de Londres



PT

O RESGATE DA CIDADANIA

UM DIREITO FUNDAMENTAL

Uma primeira constatação, em que pesem as dificuldades de tentar interferir, de forma radical, na maneira pela qual o Estado exerce suas funções de reprodução e acumulação de capital, é de que, no curto prazo de quatro anos (à exceção de Diadema, onde o PT completa

agora sua segunda gestão à frente da Prefeitura), o saldo não apenas é de governos bem-sucedidos, mas bastante positivo. Há, sem dúvida, alguns pontos *críticos* -- de certa forma comuns às administrações do PT --, conforme veremos adiante, mas os avanços são por demais óbvios para serem negados. Esses avanços se explicitam de maneira mais evidente nas políticas setoriais -- onde o princípio da inversão de prioridades, privilegiando os setores mais carentes da população, revela, nas áreas de saúde, saneamento, habitação, transporte e edu-

cação, números inequívocos de progresso social. Talvez ainda mais importante, percebe-se o esforço feito pelos prefeitos do PT e suas administrações

Neste especial, editado por Jô Amado, Brasil Agora oferece aos seus leitores a primeira parte do balanço das administrações do Partido dos Trabalhadores em cidades de porte médio - Piracicaba, Santos e Ipatinga (na próxima edição sairão as matérias referentes às prefeituras da região do ABC paulista).

no sentido de resgatar junto às populações de seus municípios um dos direitos mais elementares e fundamentais à prática da democracia: o direito à cidadania.

A avaliação positiva do desempenho do PT, além de refletir a possibilidade concreta de que

sejam consolidadas experiências bem-sucedidas -- enriquecendo o patrimônio político da esquerda --, deve também permitir que sejam detectadas as principais fragilidades e dificuldades enfrentadas nos últimos anos, aprofundando a sua discussão.

A maior dessas dificuldades talvez esteja intimamente ligada à própria origem do Partido dos Trabalhadores que, hoje com 12 anos de existência, ainda não conseguiu resolver de maneira satisfatória a aparente contradição entre o seu papel enquanto direção política e a sua inserção na sociedade institucionalizada. A ambigüidade prática e teórica decorrente de suas origens nos movimentos sociais contribui, por certo, para agravar contradições que se acirram, especialmente quando o PT é governo. É sintomático que este assunto tenha pasado a ser preocupação marcante na vida petista: a criação de Secretarias de Assuntos Institucionais é uma prova cabal da importância que

o partido vem dando à busca de formas de superar os embates contínuos entre Prefeituras do PT, a organização partidária e os movimentos sociais.

JÔ AMADO



SANTOS

A ARTE DIFÍCIL DE SABER VIRAR A MESA

Nas notas seguintes, ao longo das colunas que margeiam as matérias, tentamos sintetizar alguns dos problemas e dificuldades relacionados com administrações do PT, a partir de conversas e entrevistas com militantes e dirigentes do partido.

Existem, dentro do PT, opiniões diferenciadas sobre o significado do que é deter um mandato de prefeito. O mandato seria, afinal, do partido ou do eleito? Nos partidos conservadores, essa é uma questão quase supérflua: os prefeitos eleitos mudam de legenda partidária com a mesma desenvoltura com que mudam de camisa, o que, na prática, elimina o debate; para os marxistas-leninistas de antigamente essa era, também, uma questão de importância menor, pois o mandato era indiscutivelmente do partido e o eventual eleito era o primeiro a compreender e acatar esse princípio. No PT, no entanto, trata-se de uma questão ambígua: existem, por um lado, recomendações partidárias que alguns prefeitos eleitos consideram "absurdas"; e, por outro, acontece também de alguns prefeitos simplesmente desconhecerem a existência dessas recomendações.



Vinte e seis de junho de 1989 e 28 de fevereiro de 1991. Duas datas determinantes para que se possa compreender o salto qualitativo sem paralelo dado pela administração municipal da cidade de Santos, o maior porto brasileiro. Dois momentos de tensão social, dois momentos de solidariedade, dois momentos em que a prefeita Telma de Souza, do PT, não hesitou em convocar a entrar em cena, com êxito absoluto, a personagem mais importante: a cidade.

Em seus primeiros seis meses à frente do governo da Unidade Democrática Popular (aliança composta pelo PT, PSB, PCdoB e PV), Telma fez questão de deixar claro que sua administração não tinha vindo apenas para inovar, mas, se necessário, para enfrentar. No mês de março de 1989, decretou intervenção na empresa Viação, de transporte coletivo da cidade, cujo principal dono é o ex-presidente do sindicato das empresas de transporte do estado de São Paulo. A empresa, aproveitando uma reivindicação salarial dos motoristas e cobradores, quis chantagear a Prefeitura para conseguir um aumento de tarifa. Em abril de 1989, a Prefeitura lançava e punha nas bancas o jornal **D.O. Urgente**, conseguindo, simultaneamente, abrir um canal de comunicação com a população e quebrar o virtual monopólio de **A Tribuna**, transformada em *bunker* de grupos conservadores que se opõem a uma administração democrática e popular. Em maio de 1989, em uma visita feita à Casa de Saúde Anchieta, na qual se fez acompanhar por sua equipe de saúde, por uma delegação da OAB, por representantes da Comissão dos Direitos Humanos e mais uma série de entidades, Telma constatou as condições em que funcionava o manicômio - objeto de denúncias freqüentes na imprensa, de maus tratos, inclusive com mortes de pacientes - e, finda a visita, ali mesmo, decretou a sua intervenção. Em três meses, portanto, uma façanha notável: comprou briga com os donos do transporte, com os donos da imprensa e com os donos da saúde.

Já na segunda quinzena de junho, em uma mesma semana, a Câmara Municipal recusou um projeto de lei da Prefeitura pedindo um crédito extraordinário para a compra de ônibus (a frota com que operava a empresa pública, a CSTC, tinha um número reduzido de ônibus, velhos e sem manutenção); a mesma Câmara Municipal votou um projeto de lei extinguindo o **D.O. Urgente**; um juiz emitiu parecer suspendendo (pela segunda vez, por sinal) a intervenção na Casa de Saúde Anchieta. O cerco que faziam os donos do poder à Prefeitura era por demais óbvio: ou cede ou renuncia. Após

algumas reuniões envolvendo os partidos da UDP e entidades sindicais e populares, Telma decidiu fazer uma convocação ao povo de Santos para uma concentração no dia 26 de junho, na praça em frente à Prefeitura.

Todas as expectativas foram superadas. A resposta da cidade de Santos foi de arrepiar - talvez nem se tratasse tanto de uma resposta em apoio político à UDP, mas principalmente de repúdio à prepotência dos donos vitalícios do poder: transporte, informação e saúde não deixam de ser simbólicos. O dia 26 de junho de 1989 alterou, em caráter definitivo, a correlação de forças na cidade de Santos. A Câmara Municipal voltou atrás e, além de aprovar o crédito para a compra de

- afinal, o porto de Santos não é apenas um local de trabalho para a cidade, mas o seu pulmão econômico e social. O instrumento de articulação foi o Fórum da Cidade, criado em setembro de 1990. Composto por mais de 60 representantes dos mais variados segmentos sociais da cidade, o Fórum tomou conhecimento detalhado da greve, dos salários, dos obstáculos, dos impasses criados com o decorrer do movimento. Telma, a prefeita, foi escolhida para intermediar o conflito junto ao governo federal. Foi para Brasília, onde falou com coronéis - citado Ozires Silva e Passarinho, da Justiça -, com deputados, com senadores, costurando uma ampla articulação política.

Já em Santos, a prefeita decretou estado de calamidade pública (recurso raramente utilizado para fins sociais): com as demissões, havia na cidade uma população de quase 30 mil pessoas sem renda, de um dia para outro. Finalmente, o movimento sindical e todas as entidades comprometidas com a luta dos portuários decidiram decretar um dia de greve geral na cidade. O dia 28 de fevereiro, uma quinta-feira, foi inesquecível. Manifestação impressionante de solidariedade, Santos parou. Nem botiquim abriu. Na tarde do mesmo dia, Passarinho telefonaria a Telma comunicando o recuo do governo federal e a decisão de readmitir os demitidos.



TELMA DE SOUZA

David Capistrano, candidato do PT à sucessão, está em primeiro lugar nas suas pesquisas do Ibope e Datafolha

ônibus, desistiu de extinguir o **D.O. Urgente**. O Tribunal de Justiça do Estado (pela segunda vez) restabeleceu a intervenção na Casa de Saúde Anchieta.

A GRANDE VIRADA. No mês de fevereiro de 1991, os trabalhadores do porto de Santos pararam. Não foi a primeira vez, é claro, mas esta foi, sem dúvida, uma das batalhas mais longas e também mais bonitas de sua história. Esmagados pelo Plano Collor II, queriam uma reposição que a Companhia Docas se recusava a pagar. O coronel Ozires Silva, então ministro da Infra-estrutura e que hoje capitaneia o fechamento da Embraer, não vacilou e demitiu 5.372 portuários, em uma das chamadas "medidas de advertência". A Prefeitura, que ao longo da greve havia mantido uma posição inequívoca de apoio e solidariedade, porém sem jamais interferir na autonomia ou direção do movimento, sentiu, nesse momento, que era hora de se manifestar

problemas', mas não é tão limitado assim quanto fazem entender. É essa que é a nossa face. A face do governo. Governar não é só cuidar do que convencionalmente se chamam as funções precípua da administração municipal. Governar é também intervir em tudo o que diz respeito ao bem-estar do cidadão."

Com essa nova face do governo - e além de um excelente desempenho administrativo nos vários setores da administração -, Santos está também adquirindo cara nova. Ou melhor, sua verdadeira cara, que nada tem de nova. Santos virou balneário de novo, depois de mais de vinte anos de praias sistematicamente interditas para banho. Sabe como? Fechando as comportas de seus vários canais, para que o esgoto seja escoado para a rede coletora principal - idéia engendrada pelo engenheiro Saturnino de Brito, no início do século, e abandonada depois que as comportas, de ferro, enferrujaram...

FACE DO GOVERNO. "Logo de início, nosso esforço foi no sentido de romper com o conservadorismo do poder local", conta Lenimar Rios, secretária de Planejamento de Santos. "Eles sempre vêm com aquela conversa de que 'município é limitado para resolver pro-

PIRACICABA

A GRATA SURPRESA DE UMA VITÓRIA ELEITORAL

Com uma população de cerca de 300 mil habitantes - 10% dos quais moram na zona rural -, Piracicaba é hoje um importante centro agro-industrial de São Paulo, contribuindo com quase 10% da produção de álcool do estado. A industrialização da cana-de-açúcar, que começou na década de 50, propiciou uma considerável corrente migratória para a região e o surgimento de alguns grandes grupos, como o Dedini/Mausa e Codestie, ligados ao setor metalúrgico e siderúrgico. Hoje, esses grupos exportam maquinário não apenas para outros estados brasileiros, mas também para o exterior.

Tradicionalmente, Piracicaba tem uma história política conservadora - embora a chamada "direitona" não possa ser considerada como peso hegemônico no poder local. Daí o susto com a vitória eleitoral de José Machado, do Partido dos Trabalhadores, em 1988. Uma vitória que, se não foi um susto para o próprio PT, pelo menos foi uma grata surpresa. Surpresa que, depois de quase quatro anos, vai se delineando como uma vitória administrativa para a grande maioria da população.

VINTE ANOS EM TRÊS.

Para Eduardo Gianetti, secretário do Centro Municipal de Planejamento, a racionalização do transporte coletivo na cidade é a verdadeira "menina dos olhos" das realizações da administração do PT. À falta de uma secretaria de transportes municipais, foi Gianetti, do Comuplan, que assumiu a tarefa de enfrentar a questão - que, com o crescimento abrupto da cidade, se tornava crônica - dos ônibus. "Em três anos", diz ele, "o PT recuperou vinte de falta de investimentos e de absoluto descaso com relação ao transporte urbano."

A tarefa não foi das mais fáceis, no entanto. Ao contrário do que reza a cartilha do PT, a administração de José Machado resolveu procurar soluções fora do esquema da encampação das seis empresas privadas que exploram o transporte urbano. "A Prefeitura não tinha a menor condição de arcar com esse ônus", diz Gianetti. A solução? Já que não dava para trocar a onça, o negócio era aprender a conviver com ela. "No início eles tinham muito medo de uma administração do PT, que lhes parecia coisa de comunista", conta o secretário. "Aí, nós mudamos de estratégia e apresentamos uma proposta pela qual nós iríamos apenas investir no gerenciamento do transporte. E então deu certo. É verdade que aqui, em Piracicaba, nós temos uma vantagem: todos os empresários de ônibus são da cidade." Esse gerenciamento a que

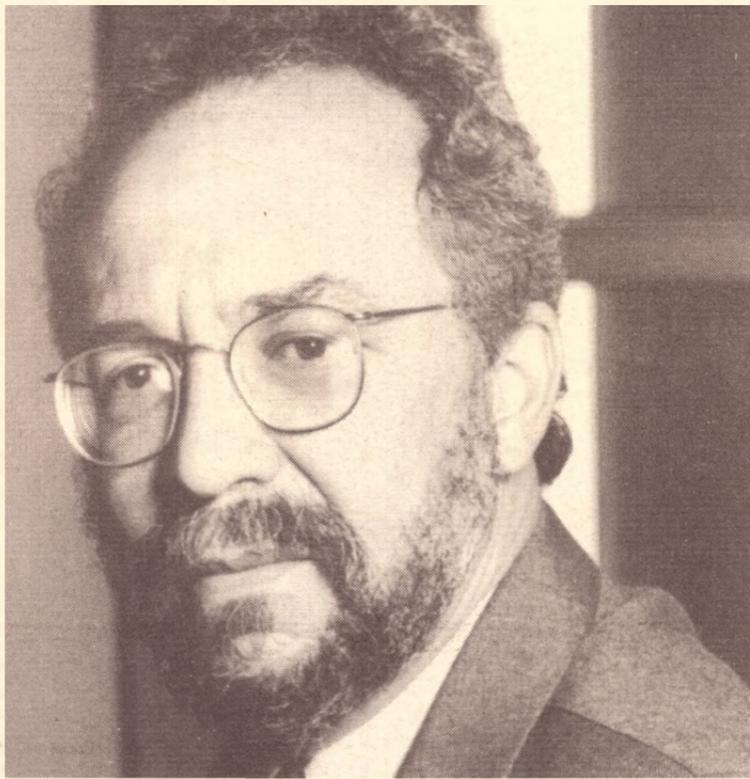
se refere Gianetti funciona da seguinte forma: além da óbvia fiscalização, que é feita pela Prefeitura, existe uma Câmara de Compensação, que se reúne a cada 15 dias e decide sobre o repasse do financiamento - algumas empresas exploram linhas superavitárias, de trajetos curtos e com muitos passageiros, enquanto outras detêm linhas de trajetos longos e com poucos passageiros, naturalmente deficitárias - e um Comitê Gestor, composto por membros dos centros comunitários, representantes do Sindicato dos Motoristas e a administração municipal. Finalmente, a pedra de toque na questão dos transportes foi a construção de um Terminal de Integração Central, uma área de 5.500 m² dotada de três plataformas

mas no dia-a-dia estamos tentando implantar o tal modo petista de governar. Incentivando a população a participar da administração da cidade, às vezes através de processos que não deixam de ser simbólicos, como no caso do orçamento, ou seja, do dinheiro da cidade. Foi um processo muito rico e hoje podemos ter a satisfação de ver criada uma Comissão Permanente de Acompanhamento do Orçamento, eleita nas plenárias em que foi aprovado o orçamento para 1992. É trabalhosa, é difícil a mobilização, mas é também gratificante ver o povo participando, descobrindo o que é orçamento... Basicamente, construímos isso com coragem, seriedade e honestidade."

Houve avanços consideráveis nos setores de saúde e educação - que juntos, hoje, representam 35% do orçamento da cidade. Foram realizadas duas conferências de saúde, onde também a participação popular foi reveladora (existem oito Comissões Locais de Saúde, nos bairros, e um Conselho Municipal de Saúde, todos funcionando de forma paritária - comunidade, funcionários, administração). Há atendimento pré-escolar a cerca de 70% da população, assim como um programa de alfabetização de adultos.

"Nosso maior esforço, no momento, é no sentido de reverter o processo de deterioração do rio Piracicaba. A bacia do Piracicaba abrange 46 cidades - 44 em São Paulo e duas em Minas", explica Alex. "O projeto do Consórcio da Bacia do Piracicaba envolve todas essas cidades, num trabalho fantástico de engenharia política. A população da Bacia chega a 2 milhões e apenas duas dessas 46 cidades fazem tratamento de esgoto. O principal fator poluente são esgotos domésticos, pois devemos reconhecer que as indústrias vêm investindo consideravelmente em equipamentos antipoluição. Há a questão dos agrotóxicos usados na agricultura, que pesam, mas os esgotos domésticos são responsáveis por cerca de 65% dos agentes poluentes. Piracicaba é a última cidade da Bacia, o que limita e restringe uma ação isolada. Estamos investindo em estações de tratamento de esgoto e na plantação de matas ciliares (ribeirinhas), mas é uma medida que só poderá surtir efeito se houver um envolvimento efetivo de todas as cidades afetadas."

Exemplo marcante da filosofia administrativa do PT é o Projeto Felicidade, consequência bem mais abrangente de uma primeira experiência, o Projeto Mutirão. Trata-se de incluir na programação de um mutirão (para saneamento, pavimentação ou construção de uma creche) atividades de lazer, cultura e esportes, estimulando ações integradas da população e estreitando a relação entre a comunidade e a administração.



JOSÉ MACHADO

De acordo com a pesquisa realizada pelo PSDB, Antonio Storel, candidato do PT à sucessão, encontra-se em segundo lugar

que permitem o estacionamento de oito ônibus em cada uma, simultaneamente, em operação de embarque e desembarque de passageiros.

"Mas vamos fazer mais", vangloria-se Gianetti. "Já estamos construindo a rodoviária, uma área bem próxima ao Terminal, com 6 mil m² e 20 plataformas de embarque e desembarque. Haverá também dois terminais, nas regiões noroeste e sudeste da cidade, e será implantado um corredor de oito quilômetros exclusivo para ônibus. Com a conclusão desse projeto, estará suprida a demanda de transporte urbano em Piracicaba por dez anos."

CORAGEM, SERIEDADE E HONESTIDADE. Para Alexandre Alves, mais popularmente conhecido como Alex, médico, vice-prefeito e ex-secretário de Saúde de Piracicaba, é inegável que alguma coisa mudou, com a administração do PT. "Ainda estamos muito longe do ideal,

Um dos problemas mais sérios que se percebe dentro do PT refere-se à expectativa exagerada que se cria no partido com relação às administrações municipais. Para uma parte dos militantes, uma "Prefeitura do PT" significa, em termos simples, a possibilidade de superação de todos os seus males imediatos: desde transporte coletivo mais eficiente (e sobretudo mais barato) até soluções milagrosas para o descalabro em que se encontra a saúde pública no país. Para outra parte da militância, a expectativa é de que uma administração do PT abra caminho para uma transformação estrutural da sociedade. "Nós não fomos eleitos para administrar o caos capitalista", dizem.

A política de inversão de prioridades dos gastos públicos nas administrações petistas esbarra frequentemente na inexistência de movimentos efetivamente representativos das necessidades e aspirações populares. Assim, a decisão de construir uma creche ou de asfaltar determinada região, apesar de representativa da política de inversão de prioridades, pode não representar uma reivindicação organizada da maioria da comunidade. O que significa também que uma medida tomada com o objetivo de atender uma reivindicação popular pode facilmente transformar-se num ato político paternalista, carente portanto de um reconhecimento político e com um resultado praticamente oposto ao desejado.



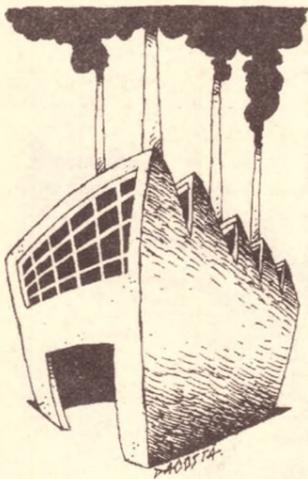
Piracicaba
Governo Democrático e Popular

IPATINGA

SUCESSOS CONCRETOS E
RELAÇÕES COMPLICADAS

♦ O êxito de uma política de inversão de prioridades nos gastos públicos está diretamente vinculado à intervenção política do movimento popular organizado. Muito frequentemente, entretanto, o próprio partido não dispõe de mecanismos ou planos para estimular essa mobilização, o que, naturalmente, resulta num relativo "distanciamento" das decisões administrativas - ainda que dirigidas no sentido de beneficiar a população mais carente. Em conseqüência, há uma crítica bastante generalizada de que o PT não tem sabido "radicalizar" a participação popular nos municípios onde é governo.

♦ Na grande maioria dos municípios onde o PT é governo, pode ser observada uma dificuldade no sentido de tentar incorporar, à administração da cidade, setores não vinculados ao partido. Ao contrário - salvo raras exceções -, o que se pode observar é a não incorporação de pessoas e entidades não afinadas com o PT, inclusive em atividades predominantemente técnicas. Essa dificuldade, além do óbvio desgaste que representa enquanto limitação social e política, acabaria também contribuindo para o crescimento do sectarismo entre os militantes do partido. O entrosamento com segmentos populacionais "estranhos" ao PT parece ser peça fundamental para o sucesso de um governo popular e democrático.



Qual deve ser o modo petista de convivência entre a administração municipal, a banca de vereadores e o próprio Partido? Essa dúvida não é, certamente, privilégio de Ipatinga, mas tem sido apontada como o principal problema vivenciado nesses quase quatro anos de mandato do prefeito Chico Ferramenta. Ipatinga, localizada no Vale do Aço, a cerca de 200 km de Belo Horizonte e com quase 200 mil habitantes, é o maior município governado pelo PT em Minas Gerais.

Encontrar os limites entre administração e Partido tem se mostrado mais difícil do que superar os obstáculos no trato com a máquina governamental. Prova disso é que hoje as finanças estão saneadas, as prioridades foram invertidas e, como resultado, Ipatinga aplica 25% da receita anual em equipamentos sociais. A melhoria da qualidade de vida foi reconhecida pela própria população: uma pesquisa recente mostrou um índice de aprovação superior a 80%.

PRÉVIAS. Mas nem essas nem outras vitórias da gestão conseguem amenizar o clima tenso entre as duas partes. A derrota, nas prévias partidárias, do pré-candidato apoiado pelo prefeito, serviu para deixar claro que a contenda continua. Persistem no Partido expectativas quanto ao efetivo engajamento de Chico Ferramenta na campanha do seu vice, João Magno, escolhido nas prévias por 63% dos votos.

Em vez de aglutinar e compor as forças internas, as prévias partidárias evidenciaram ainda mais as diferenças. Da Prefeitura, diz-se que é "centralizadora". E o Partido é acusado de confundir programa partidário com programa de governo municipal, e de ter se tornado uma "sombra" da administração. Uma sombra que não só seguiria todos os passos da Prefeitura, mas também pretenderia guiar esses passos.

O presidente do PT no município, Lene Teixeira, admite que alguns erros foram de fato cometidos pelo Partido: "Ficamos por muito tempo em função de conflitos com a administração e deixamos a organização do movimento em segundo plano". Mas Lene garante que o maior problema é que as críticas à Prefeitura sempre foram mal interpretadas: "Não queríamos cargos, desejávamos apenas propor linhas de atuação. No entanto, esse espaço nos foi negado".

Lene assegura que ainda hoje inexistem um canal de diálogo entre as duas partes. Para ela, o resultado das prévias foi um sinal de que os petistas querem dar continuidade ao trabalho da atual gestão, "mas mudando a linha do relacionamento e descentralizando mais o poder".

Apesar das críticas, Lene Teixeira não esconde a avaliação positiva da gestão Chico Ferramenta. "É uma gestão vitoriosa do ponto de vista administrativo. Houve uma clara inversão de prioridades e há muitas iniciativas que devemos reforçar."

CONQUISTAS. Ao tornar-se secretário municipal da Fazenda, há quase quatro anos, Antônio (Toninho) Nahas assustou-se com os números que viu: praticamente 100% da receita comprometida com salários e despesas financeiras nos bancos da cidade. Hoje, depois de uma reforma tributária, da ordenação no fluxo de pagamentos e renegociações de dívi-

salários". Mas há um outro aspecto, diz ele: "Não conseguimos desenvolver uma relação interativa com o funcionalismo. Permanece aquela relação patrão/empregado. Não sei se a falha é nossa, se é do sindicalismo ou as duas coisas".

CONQUISTAS. "Interferimos na estética da cidade, com serviços que não atendem só à burguesia", conta o assessor de Comunicação Social da Prefeitura, César Lima, ao lembrar que 93% do território de Ipatinga está coberto por um "excelente" serviço de limpeza urbana, que inclui capina, coleta, saneamento dos resíduos sólidos e compostagem do lixo. O aterro sanitário da cidade mais parece uma área de lazer, e "está servindo de modelo para várias cidades do país", avisa César.

Outros resultados visíveis de elevação na qualidade de vida da população são o melhor atendimento à saúde; a abertura de dez mil novas vagas na rede escolar municipal; o Programa Mova, de alfabetização de adultos; e a melhoria no serviço de transportes (que não foi municipalizado mas agora está sob o controle da Prefeitura e da população).

Para César Lima merecem destaque os programas que têm servido mais diretamente para elevar o nível de consciência, "pois resultam e são resultados da formação das pessoas como cidadãos e não apenas como meros espectadores". Ele cita como exemplos o projeto de discussão ambiental, assessorado por técnicos capacitados; o mutirão habitacional,

através do qual as comunidades, organizadas em associações, controlam todo o processo de construção de suas casas; e o projeto "Direito Achado na Rua".

Baseado num trabalho da Universidade de Brasília, esse projeto está levando a população a discutir a cidadania dentro da concepção de que o direito pode estar na lei mas também além dessa. "As pessoas vão se formando enquanto agentes impulsionadores dos direitos individuais e coletivos", explica César Lima.

ANA RITA ARAÚJO
de Belo Horizonte



CHICO FERRAMENTA

Pesquisa encomendada pela direita aponta João Magno, candidato do PT à sucessão, em segundo lugar.

das deixadas por administrações anteriores, Ipatinga gasta em média 55% com folha de pagamento (dez pontos percentuais abaixo do máximo permitido pela Constituição Federal).

A outra metade da receita é aplicada em custeio e investimentos sociais. "Isso deu condições à Prefeitura para desenvolver um número enorme de programas, e várias necessidades sociais da cidade foram contempladas", conta Toninho. Mas as formulações administrativas ainda não conseguiram corrigir o que ele chama de "desbalanceamento da máquina": má distribuição de pessoal em alguns setores e insatisfações salariais.

A relação com o funcionalismo não é das piores, mas a administração encontrou três greves. Para o secretário da Fazenda, a insatisfação salarial tem uma base objetiva, "pois tivemos que optar entre investir na cidade ou aumentar os

Espionagem a nu

O primeiro inquérito sobre espionagem política começa a funcionar no Rio Grande do Sul

A atuação dos órgãos de informação da Brigada Militar PM2, espionando o movimento social, partidos políticos e até o próprio governador do estado, será investigada pela CEI (Comissão Estadual de Inquérito) da espionagem política, instalada no dia 23 de junho na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. A localização dos arquivos do extinto Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) é um dos principais objetivos da Comissão, primeira iniciativa de um parlamento neste assunto, no Brasil.

Para o presidente da CEI, deputado Antônio Marangon, a tarefa de pôr um fim ao serviço de espionagem é dos deputados, mas também de toda a sociedade civil. Nesse sentido, o deputado, juntamente com outros membros da Comissão, está visitando várias entidades que acompanharão a CEI de perto, através de um movimento de apoio. Até agora já se comprometeram, entre outros, a OAB do Rio Grande do Sul, a CUT estadual, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra e os setores acadêmicos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e da Pontifícia Universidade Católica. A UFRGS, inclusive, já se manifestou formalmente para a guarda oficial de toda a documentação que será encontrada.

Durante a instalação da CEI, a ex-presca política Lilian Celiberti, seqüestrada pelo

"Mercosul da repressão", num trabalho conjunto dos órgãos de segurança gaúchos e uruguaios, destacou a importância da atuação do Parlamento na área da espionagem política. "Esta é uma forma de defender os nossos frágeis regimes democráticos na América Latina."

SURPRESA. O deputado federal Lysânias Maciel (PDT-RJ), ex-presca político e representante da Comissão Especial da Câmara Federal sobre Desaparecidos Políticos, enfatizou a integração do Parlamento nacional com a Assembléia gaúcha, no trabalho de resgate da história recente da repressão no país. Além disso, destacou que a CEI terá muito mais poderes que a Comissão da Câmara Federal, que já tentou ouvir antigos envolvidos com a tortura e a repressão política, sem obter resultados, uma vez que não tem competência legal para intimar os envolvidos.

A surpresa no ato de instalação ficou por conta do atu-



al secretário da Justiça, do Trabalho e da Cidadania, Geraldo Gama, que, além de se referir aos poderes amplos de convocação que a Comissão terá, revelou ter descoberto recentemente o paradeiro de 200 fichas do DOPS de Porto Alegre, com dados pessoais, incluindo a do atual chefe da Casa Civil do governo estadual, Políbio Braga (PDT), e a do ex-secretário da Fazenda da Administração Popular de Porto Alegre, João Verle (PT). O estranho em suas declarações é que, até então, ninguém

teve provas evidentes de que os arquivos ainda existiam, pois o ex-governador Amaral de Souza (Arena) tinha encenado uma queima de todo o material.

A CEI já tem farta documentação que prova a existência da espionagem política. São relatórios encontrados e lacrados no final do ano passado pelos deputados da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos. Numa visita de surpresa, em busca dos arquivos do DOPS, os deputados Marcos Rolim (PT) e Jussara Cony (PCdoB) descobriram, na hoje extinta Secretaria de Segurança, documentos relatando reuniões, inclusive da própria Comissão. O material inclui relatos de assembleias de trabalhadores, reuniões de partidos políticos de esquerda, bem como do movimento popular e dos trabalhadores rurais, e atos públicos.

JOSÉ LIMA,
de Porto Alegre

NO CAMPO E NA CIDADE

Os trabalhadores urbanos iniciaram uma etapa de integração efetiva à luta pela reforma agrária, num ato dia 17 de junho em Porto Alegre, na sede do Sindicato dos Metalúrgicos. Chamou-se "Vigília pela Reforma Agrária". Foi promovida pela Secretaria Nacional Agrária do PT (mais MST, CUT) e reuniu mil pessoas. O secretário agrário adjunto do PT/RS, David Stival, explica: "Queremos fazer uma aliança fora do âmbito rural na luta pela reforma agrária. Ela interessa aos trabalhadores urbanos, à sociedade civil em geral, pois diminui o êxodo rural e elimina uma das origens da violência urbana. Esta luta deve acompanhar a luta dos trabalhadores urbanos por aumento salarial".

Feito uma semana antes do julgamento de seis colonos acusados de matar um soldado no dia 8 de agosto de 1990 (ver *Brasil Agora* nº 17), o ato teve também esta segunda preocupação: "Quisemos chamar a atenção para o julgamento. A morte de Valdeci (o soldado) não foi um ato de marginais. É um problema social, resultado da falta de reforma agrária no país", diz David.

O principal temor do Movimento dos Sem-Terra gaúcho é que o julgamento transforme-se num instrumento de luta política contra o MST. "Queremos um julgamento justo", diz Otávio Amaral, o principal acusado.

MARCO ANTONIO SCHUSTER

Morreu, na noite de domingo, 21, por volta das 23 horas, de ataque cardíaco, um dos fundadores da CUT, José Novaes, em Vitória da Conquista. Ele tinha 63 anos e deixou mulher e filhos.

José Novaes foi militante do PCdoB nos anos 60 e 70, tendo também passado pelo PRC (Partido Revolucionário Comunista). Originário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vitória da Conquista, ele ocupou a Secretaria Rural da CUT de 1983 a 1986 e depois foi vice-presidente da entidade para a região Nordeste até 1988, quando deixaram de existir as vice-presidências regionais. O sepultamento foi às 17 horas de segunda-feira, dia 22.

EDUCAÇÃO

O fim do calendário rotativo

Governador gaúcho vai ao STF tentando impor a criação rejeitada da esposa

A fórmula "mágica" criada pela secretária estadual da Educação do Rio Grande do Sul, Neuza Canabarro, esposa do governador Alceu Collares (PDT), anunciada como "uma revolução na educação", foi rejeitada por 40 votos a 13 (só a bancada do PDT votou a favor) na Assembléia Legislativa, depois de ser implantada inicialmente em 86 das 3.562 escolas estaduais sem qualquer discussão, provocando uma crescente reação de alunos, pais e professores.

O calendário rotativo projetado por Neuza Canabarro cria três diferentes inícios do ano letivo, com intervalos de dois meses entre si. Segundo ela, isso iria ampliar em 50% o número de vagas e absorver os 500 mil alunos excedentes que supunha existirem. Esse núme-

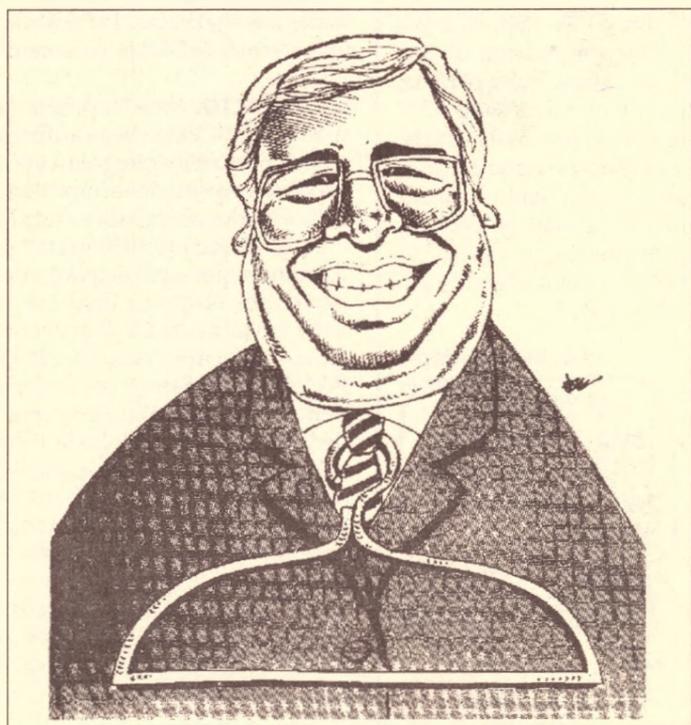
ro foi depois reduzido em seus cálculos para 300 mil e mais tarde para 240 mil.

A onda de reclamações contra o sistema que colocava irmãos em calendários diferentes (um iniciou em março, um em maio e outro deveria começar em julho) foi desaguar na Comissão de Educação da Assembléia Legislativa. Os deputados visitaram 38 das 86 escolas, ouvindo depoimento de diretores, pais, professores e alunos, e o relatório do deputado Flávio Koutzii, líder do PT, escolhido relator, foi aprovado em 5 de maio por unanimidade (9 deputados, com a ausência de 3 do PDT) pela Comissão.

Dados colhidos em números divulgados pela própria secretária mostraram que em 32 escolas das 38 examinadas não

houve incremento da absorção de alunos, e nas outras 6 a absorção foi tão insignificante, explica Koutzii, que mesmo projeções otimistas autorizariam no máximo um total inferior a 25 mil novos alunos, com o sistema todo implantado. A questão foi examinada ainda duas vezes pela Comissão de Constituição e Justiça, e em ambas aprovou-se o decreto legislativo que propunha a sua suspensão. No dia da votação, o governador e a secretária jogaram pesado, pressionando ocupantes de cargos de confiança para comparecerem à sessão para apoiar a manutenção do "rotativo". No último dia 23, Collares ingressou no STF com pedido de liminar para suspender o decreto legislativo, alegando inconstitucionalidade.

(J.L.)



FRENTE EM FLORIPA

Objetivamente, a Frente Popular em Florianópolis definiu sua chapa majoritária no dia 23 de junho, com o deputado estadual Sérgio Grando (PPS) para prefeito e o economista Afrânio Boppré (PT) para vice. O processo para essa composição, contudo, foi cheio de subjetividades, recheado de reuniões exaustivas, marcado pelo vai-e-vem de alguns partidos.

A Frente Popular chegou a ser a primeira coligação a apresentar seus nomes: Grando e Vitor Schmidt (vereador do PT). Os adesivos já estavam nos carros e a campanha ganhava as ruas. Mas Vitor desistiu da candidatura, por motivos pessoais especialmente. Na disputa da vaga ficaram o próprio PT, com o ex-presidente do Sindicato dos Bancários, Samuel Pantoja Lima, e o PSDB, com o ex-deputado federal Francisco Küster. A escolha recaiu sobre o tucano, que depois simplesmente faltou à coletiva para anunciar a chapa. Küster desistiu alegando a ausência do PDT, naquele momento, na coligação. Estava criado novamente o impasse, só resolvido na véspera do encerramento do prazo legal para definição de chapas. Boppré deixou de lado sua candidatura a vereador e obteve o apoio da maioria dos partidos - o único a apresentar outro nome foi o PDT.

Na dança dos partidos, PDT, PSDB e PCdoB estiveram afastados da Frente por um tempo. Namoraram o PMDB. O PDT chegou a indicar um vice para o candidato do PMDB. Sem acerto, voltou à Frente. O PSDB retornara antes. Depois de tantas discussões partidárias, encontros e desencontros, porém, a Frente conseguiu se fortalecer com a presença do PT, PPS, PSDB, PSB, PDT, PV, PC, PCdoB e MSR (prestistas).

CHAPECÓ E CRICIÚMA. A decisão do Conselho Deliberativo Estadual de reprovar a coligação com o PMDB em Chapecó deu bons resultados. O PT conseguiu unificar, em torno de seu candidato a prefeito, Amélio Bedin, o PPS, PSB, PCdoB e PSDB, que indicou o vice, Célio Damo. Em Criciúma, cidade operária onde o PT tem boas chances de vitória, o partido precisou indicar, além do deputado estadual Milton Mendes de Oliveira para prefeito, o vice Décio Góes. A coligação incluiu o PPS e o PV.

CLÁUDIO SCHUSTER
de Florianópolis



A batalha

Governo e trabalhadores disputam

Nenhum episódio expôs tanto a fúria privatizante, seus métodos, seus fins. A batalha dos portos toca em um setor-chave da economia brasileira e em um ponto estratégico do projeto neoliberal. O Brasil é o terceiro país do mundo em movimentação portuária. Noventa e sete por cento de toda a importação e exportação brasileiras passam pelos portos. E o projeto neoliberal assenta a sua modernização em uma abertura qualitativamente maior da economia brasileira à economia capitalista mundial.

Travada em meio à crise política mais grave do governo Collor, a ofensiva privatizante sobre os portos encontra pela primeira vez uma categoria com forte tradição sindical, unificada e mobilizada nacionalmente. A greve nacional de sete dias dos portuários, em junho, paralisou completamente os quinze principais portos do país. Mas a batalha dos portos é especialmente importante por colocar em jogo as dife-



Ruas cheias manifestando apoio à greve...

rentes respostas que se dão à pergunta: qual é a relação entre capital e trabalho que deve prevalecer em um projeto de modernização da sociedade brasileira?

O EXPURGO DO TRABALHO. A

diferença da privatização das empresas estatais, quando o que estava em jogo era a transferência do patrimônio público para empresas privadas em troca das chamadas "moedas podres", o que o governo propõe agora é *desregulamentar* a

ação portuária: abrir todos os direitos ao capital e quebrar os sindicatos e os direitos trabalhistas. O projeto de lei 8/91, enviado pelo governo, segue a mesma linha de modernização portuária imposta no Chile pela ditadura Pinochet, em 1981. Os

Sutilezas da ética privatista

Veja usa método à altura de um PC Farias para deformar opiniões

A revista *Veja* tem dedicado muitas de suas páginas ao que chama "máfia dos portos", com o fim de defender a privatização dos serviços portuários. Para melhor convencer seus leitores, manipula informações de várias maneiras:

1) OMISSÃO. Para dar a idéia de que os trabalhadores estão comprometidos com o atraso e a defesa de privilégios, a revista não faz menção alguma à existência de um projeto alternativo. As linhas gerais deste projeto de modernização - o plano mais consistente, amplo e integrado - foram elaborados publicamente no III Congresso Brasileiro de Municípios Portuários, realizado em Santos em março de 1990 e ratificadas no IV Congresso, em Manaus, em maio de 1991. No que diz respeito ao porto de Santos, a proposta elaborada em detalhes por representantes dos sindicatos, da Prefeitura e com o apoio técnico da USP, foi bastante divulgada.

2) IMPACTO. Para impressionar a opinião pública, *Veja* chega a afirmar que os custos portuários chegam a encarecer os produtos exportados e importados em até 30%. Estudos oficiais da extinta Portobrás - a estatal que até 1990 geria os portos - garantem que a participação dos custos portuários no preço final dos produtos varia em torno de 2%. Um documento da Assessoria para Assuntos de Portos da Prefeitura de Santos confirma essa tendência. Por exemplo, para uma cotação de US\$ 227 por tonelada de soja na Bolsa de Chicago, o item porto participa com apenas US\$ 7 (3%). Com o frete rodoviário, isto é, para transportar a soja do local da colheita para o porto, gasta-se US\$ 60 por tonelada. Esse aspecto sequer é tocado pelos defensores da privatização dos portos: a grande elevação dos custos decorre da utilização do transporte rodoviário, muito mais caro que o ferroviário.

3) EXAGERO. Citando um documento

da Confederação Nacional da Indústria, sem demonstrar a metodologia, *Veja* afirma que "o preço para colocar uma tonelada a bordo, no porto do Rio de Janeiro, vai de 16,8 a 33,3 dólares, dependendo da mercadoria (grifo nosso). Em Santos, os preços chegam a 51,3 dólares. A mesma operação (qual?, perguntamos) custa 4,5 dólares em Antuérpia, 5,9 em Hamburgo e 7,2 no porto de Roterdã". A informação imprecisa esconde um embuste: comparem-se, de um lado, custos totais de cargas, descargas, transportes terrestres e impostos e, de outro, apenas custos operacionais de carga e descarga.

4) EXPIAÇÃO. *Veja* acusa os trabalhadores de serem responsáveis pela ineficiência e pelos custos elevados.

Ineficiência: os portos dos Estados Unidos possuem cerca de 400 guindastes de *containers*, os do Japão cerca de 300 e o de Roterdã cerca de 100. Os portos brasileiros possuem apenas dez.

Privilégios: um estivador brasileiro recebe, em média, 400 dólares mensais; a média salarial dos estivadores norte-americanos é de 3 mil dólares mensais.

5) RESPONSABILIDADE. Os portos brasileiros estão sendo sucateados. *Veja* mostra, mas não diz por quê. A razão: em geral, os portos internacionais são subsidiados pelos governos (obras de infra-

estrutura, dragagem); no Brasil, ocorre o inverso, com o governo retirando recursos gerados nos portos para cobrir o déficit do Tesouro. É o caso dos recursos advindos do Adicional de Tarifas Portuárias (ATP), que deveriam ser reinvestidos nos portos. No caso do porto de Santos, por exemplo, dos 60 milhões de dólares arrecadados com o ATP em 1990, só 5 milhões foram reinvestidos; dos 50 milhões arrecadados em 1991, apenas 6 milhões foram reinvestidos.

6) PODERES. Ao contrário do que afirma *Veja*, a quantidade de homens que trabalha para o embarque de cada produto não é definida arbitrariamente pelo sindicato, mas sim pelo Código de Operações de Carga e Descarga, regulado pela Resolução nº 8.179, de 1984, da extinta Sunaman.

A revista - como também *O Globo* e *O Estado de São Paulo* - afirma que enquanto para embarcar um *container* no porto de Antuérpia são usados 10 homens, em Santos, para a mesma operação, utilizam-se 35 trabalhadores. O Código de Operações, em vigência, indica 10 homens sem guincho e 12 homens com guincho em navios convencionais; e 8 homens sem guincho e 12 homens com guincho em navios porta-*containers*.

7) DIREITOS. *Veja* trata como vícios antiquados os direitos trabalhistas. Nos portos mais modernos do mundo, entretanto, os portuários desfrutam de toda uma série de direitos e garantias. *Veja*, então, desconversa ou simplesmente mente. Por exemplo: diz que em Antuérpia, na Bélgica, "a mão-de-obra pode ser livremente contratada pelo empregador". É mentira: o número de trabalhadores é definido pelo Comitê Nacional do Porto, formado paritariamente por sindicatos e empresas, e a mão-de-obra é recrutada pela Comissão Nacional de Trabalho, órgão também paritário de empresas e sindicatos.

CUSTOS TOTAIS PORTUÁRIOS DA MOVIMENTAÇÃO DE CONTAINERS

PORTO	CUSTO MÉDIO em US\$
Roterdã	115
Média européia	174
Nova York	323
Média dos EUA	234
Santos	236

Fonte: Codesp

dos portos

tam os rumos da modernização



ITAMAR MITANDA/AE

...que paralizou o porto de Santos

capitalistas teriam todas as vantagens: drástica redução das tarifas portuárias e incentivos fiscais aos fabricantes e importadores de equipamentos portuários; o Estado absorveria os custos de dragagem, manutenção de canais, bóias e faróis, mas as áreas e dependências portuárias seriam concedidas para exploração das empresas privadas; os terminais privados hoje existentes teriam permissão para operar com carga de terceiros, e os serviços nos terminais públicos seriam privatizados.

Os trabalhadores, por sua vez, perderiam todos os direitos. Os chamados doqueiros ou portuários, aqueles que mantêm um vínculo empregatício permanente com o porto, perderiam a sua estabilidade. Haveria demissões em massa. Os estivadores, os avulsos que movimentam as cargas a bordo, nos porões ou convés das embarcações, deixariam de ser contratados com a intermediação dos sindicatos, escolhidos em um registro geral. Seriam contratados diretamente pelas empresas de navegação

por empreitadas e sem quaisquer garantias.

A proposta de Collor, arduamente defendida pelo Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima, fere drasticamente os direitos sindicais fundamentais dos trabalhadores portuários incluídos na Convenção 137 da Organização Internacional do Trabalho. A Convenção reconhece o trabalho dos portuários como especializado e sujeito a descontinuidade. Em consequência, prevê a necessidade de um cadastro geral, o pagamento por período de espera em que o trabalhador está à disposição da chamada, além de direitos sociais especiais regulados em contrato coletivo de trabalho.

Todos os portos do mundo que são citados pelos privatistas brasileiros como sinônimo de modernidade obedecem à Convenção 137 da OIT. Em Roterdã, na Holanda, todos os trabalhadores têm vínculo permanente e têm uma remuneração fixa mensal. Em Hamburgo, os avulsos têm direito a uma remuneração mínima. Em An-

tuérgia, na Bélgica e em Nova York, os sindicatos participam ativamente da intermediação da contratação de mão-de-obra. Os salários são cerca de dez vezes maiores do que os pagos no Brasil, em média.

PÚBLICO E MODERNO. A proposta alternativa ao projeto de lei 8/91, apresentada pelos trabalhadores, é um exemplo de como o público pode se modernizar através da valorização e não da degradação do trabalho. Ela ataca três desafios de forma integrada: o modelo de gestão estatal, ineficiente e corrompido; a cristalização da relação de trabalho em um modelo sindical que favorece a existência de privilégios e favorecimentos; e a desorganização tarifária e o sucateamento tecnológico.

A principal inovação proposta é a regionalização dos portos, integrando paritariamente na sua gestão todos os segmentos que nele atuam: trabalhadores, empresários e representantes do poder público (União, estado e municípios). Como afirma a prefeita Telma de Souza, de Santos, "a propos-

ta tripartite tem o mérito de não ser privatizante ou estatizante". Descentraliza decisões sem entregá-las ao jogo arbitrário da maximização dos lucros. Atualmente, por exemplo, não há qualquer funcionário da Codesp (porto de Santos) em cargo diretivo superior.

Esta gestão tripartite ficaria responsável pela contratação da mão-de-obra avulsa e negociaria um novo contrato coletivo de trabalho. A mão-de-obra portuária seria requalificada para um novo nível de produtividade, com programas de treinamento, realocação e readaptação. Os sindicatos, hoje extremamente pulverizados, seriam reunificados. Novos termos-padrões (a composição e o número das equipes de trabalho para a movimentação portuária de cada mercadoria) seriam renegociados.

O terceiro desafio seria vencido com a simplificação das tarifas (hoje em número de dezenas) e a retenção de suas receitas para investimento em novas tecnologias. O principal objetivo seria o de reduzir o tempo de estadia das embarcações e mercadorias no porto, com um forte impacto na redução dos custos.

Uma grande passeata de oito mil portuários atravessou a cidade de Santos no dia 16 de junho. Discursando no ato de encerramento da passeata, David Capistrano, candidato à prefeitura da cidade pela Unidade Democrática e Popular, foi ao ponto: "A dignidade do homem reside, em grande parte, em seu trabalho. É contra esta dignidade que se mobiliza o governo e os que lhe dão apoio".

JUAREZ GUIMARÃES

OS HERÓIS DO ARROCHO

Além dos altos índices de desemprego na Grande São Paulo (veja matéria nesta página), os dados divulgados pelo Dieese e pelo Seade no dia 15 puseram a nu outro aspecto perverso das gestões de Mailson da Nóbrega e Márcilio Marques Moreira à frente do ministério da Economia: em abril deste ano o rendimento real médio dos assalariados na Grande São Paulo equivalia a apenas 52,3% do patamar atingido em 1985. Em seis anos, portanto, o poder aquisitivo dos trabalhadores reduziu-se pela metade.

A análise mais fina da pesquisa mostra que a corrosão salarial foi especialmente violenta no período que vai de abril de 89 a abril de 92. Apenas nestes três últimos anos, os assalariados perderam 38% de seus salários reais, o que configura um quadro de empobrecimento não apenas profundo mas também extraordinariamente acelerado.

Este período em questão corresponde precisamente às gestões de Mailson e Márcilio pelo ministério da Economia (além de incluir a breve passagem de Zélia Cardoso de Mello). Os dois têm muito em comum. Participaram de governos desgastados ao extremo e funcionaram, nas administrações que integraram, como *homens de confiança* dos grandes capitalistas. Em 89, quando a chamada CPI da Corrupção levou o governo Sarney ao canto do ringue, os grandes empresários exigiram, para sustentá-lo, que Mailson passasse a desfrutar de autonomia quase completa. Agora, quando a "CPI do PC" pressiona Collor, a grande burguesia vê Márcilio como a "reserva moral" de sua gestão.

Enquanto promoviam o arrocho dramático dos salários Mailson e Márcilio, os "honestos", praticaram taxas de juros estratosféricas, que transferiram - e transferem - rios de dinheiro para os que aplicam na ciranda financeira. Tal operação desfalcará o Tesouro, apenas num ano como 92, em cerca de 12 bilhões de dólares. Se os trabalhadores estivessem convenientemente informados, veriam que diante disso a corrupção de homens "sujos" como PC não passa de roubo barato de ladrões de galinhas.

ANTONIO MARTINS

O DESEMPREGO NA ERA MARCÍLIO

O ministro Márcilio, monetarista convicto, já pode se orgulhar de um recorde histórico: a Fundação Seade registrou para o mês de maio uma taxa de desemprego de 16,1% na região da Grande São Paulo. O máximo de desemprego medido pela Pesquisa de Condições de Vida do Dieese, que trabalhava com a mesma metodologia do Seade, no período da grande recessão de 1981/1982, foi de 15,5%.

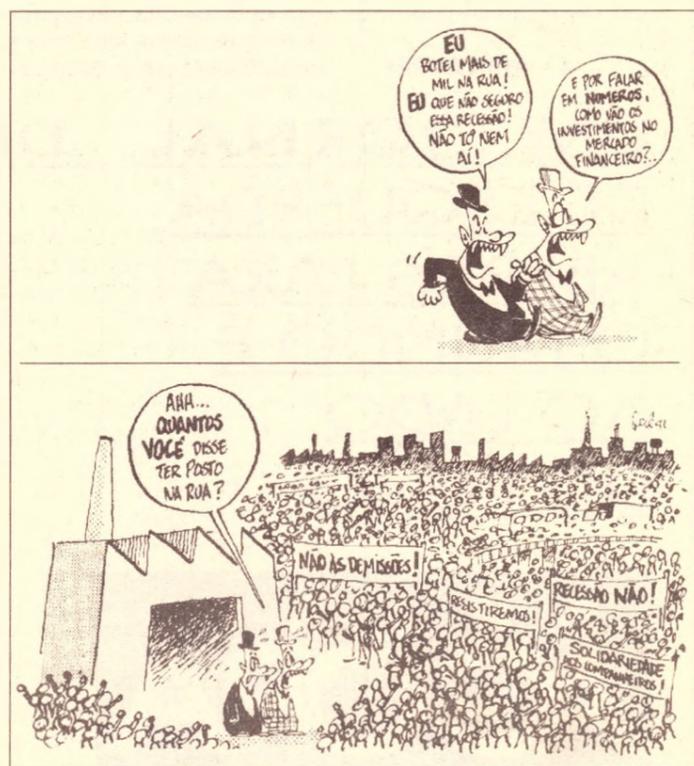
Adaptada a um mercado de trabalho instável e irregular, a pesquisa do Seade capta o desemprego em três faces. Em situações de desemprego aberto - os que procuraram trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não desenvolveram nenhum trabalho nos sete dias anteriores - estão 776 mil trabalhadores. Em situação de desemprego oculto pelo trabalho precário - os que realizam de forma irregular algum trabalho remunerado ou que ajudam em negócios de parentes, que procuraram trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista - estão 350 mil trabalhadores. Em situação de desemprego oculto pelo desalento - os que não têm trabalho e não o procuraram nos últimos 30 dias por não terem mais esperanças - são 100 mil trabalhadores. Somados, são 1.226.000 desempregados só na Grande São Paulo, um número equivalente à população de Porto Alegre.

A dramaticidade da situação dos desempregados é agravada pelo fato de que são uma escassa minoria os que podem se valer de algum auxílio de fundos institucionais. Só pode requerer o seguro desemprego aquele que tenha tido um período contínuo de emprego assalariado de pelo menos seis meses antes da dispensa e que tenha trabalhado pelo menos 15 meses, nos últimos dois anos, com registro em carteira de trabalho.

Um estudo sobre os modos de sobrevivência dos desempregados na Grande São Paulo, realizado por Miguel W. Chaia, indica que a porcentagem de desempregados que depende de parentes e conhecidos alcança 63,7%. Da realização de "bicos" sobrevivem 15,6%; 7,2% se arranjam com dinheiro guardado, venda de bens e pertences; apenas 6,3% valem-se de fundos institucionais como FGTS, pensões e aposentadorias; 3,6% apelam para esmolas e dinheiro emprestado.

Outra informação alarmante: uma pesquisa realizada pela Secretaria Municipal de Bem-Estar Social, realizada no segundo semestre do ano passado e recém-divulgada, indica que 44% dos moradores de rua vivem nestas condições há menos de seis meses. São filhos diletos da atual recessão.

(J.G.)



PIMENTA SEM REFRESCO

QUAYLE. Todo mundo viu a vergonha: o insípido, inodoro e incolor vice-presidente dos EUA, Dan Quayle, em uma inocente visita a uma escola, foi corrigir um garotinho que escrevia *potato* (batata). Em uma sonora batatada, Quayle "orientou" o menino a escrever *potatoe*, com "e", o que equivale a "bototo". O menino comentou depois que percebera o erro, mas não podia corrigir um vice-presidente. O que ninguém viu é que o louro, protestante, rico e anglo-saxão Quayle levou uma lição de um garoto cucaracha de uma escola pública, filho de porto-riquenhos. A Ku-Klux-Klan promete aos seus "sócios" um curso intensivo de agricultura gramatical...

ÁFRICA DO SUL. O recente massacre de 39 simpatizantes do Congresso Nacional Africano, na localidade de Boipatong, deixa claro os limites do processo de transição negociado entre Nelson Mandela e o presidente branco Frederik De Klerk. A "democratização gradual" esbarra nos esquadrões da morte e no partido Inkhata, composto pela minoria negra zulu (a maior parte dos integrantes do CNA são xhosas). Os zulus foram beneficiados há séculos pelo "grande pai branco", e agora temem perder a boquinha...

TCHECO-ESLOVÁQUIA. Mais um país plurinacional vai pras cucuias. A liberalização econômica aumentou a pauperização na Eslováquia, cuja população votou (e deverá conseguir) a independência. A Eslováquia era a região mais pobre e dependente da fabricação de armamentos, setor em queda livre. Detalhe: desanimado com a fragmentação do país e a ausência de alternativas "minimamente socialistas", o veterano dissidente anti-stalinista Petr Uhl, deputado por Praga, abandonou a vida política. Vai pra casa, curtir a família e a profissão.

PROPAGANDA. Vale a pena dar uma olhada no novo número da revista *Shalom*, que traz um debate sobre o futuro da ex-União Soviética, reunindo Jacob Gorenfer, Lenina Pomerantz e Bóris Schnaidermann. *Shalom* apresenta ainda a última entrevista da escritora Clarice Lispector e um encarte sobre os quatro séculos da presença judaica na Bahia. Pedidos pelo tel. (011) 222-8655.

JAYME BRENER

CONE SUL

Uma só menina

Quando Mariana permitiu que lhe tirassem amostras de sangue, começou um doloroso retorno a suas raízes perdidas.

Queres a menina? Leva, ela vai ficar só". Com essas palavras um oficial uruguaio permitiu que o agente argentino Miguel Ángel Furci carregasse para casa a menina Mariana, então com um ano e meio de idade, separando-a de seus pais, Maria Emilia e Jorge Zaffaroni que, presos em Buenos Aires, seriam remetidos para "destino incerto". Maria Emilia e Jorge desapareceram nos cárceres de Orletti, lugar onde muitos outros tiveram destino idêntico. Furci, que usava o codinome de Marcelo Fillol, levou a menina para casa naquele 27 de setembro de 1976, depois da invasão da casa em San Isidro, província de Buenos Aires, onde se buscavam os "subversivos" exilados do país vizinho.

"Os nazistas matavam crianças no ventre para que não se reproduzisse o 'lixo'. Aqui não: conservavam-nas para vendê-las", dizia o despacho do juiz federal Roberto Marquevich, de San Isidro, encarregado do caso. Ele não tem poderes para investigar o desaparecimento do casal, embora o agente Furci, hoje ironicamente preso no mesmo local para onde eles foram levados, tenha confessado sua participação no seqüestro de ambos.

UMA FALSA CERTIDÃO. Os Furci simularam um parto, com ajuda de uma médica, registrando a menina com o nome de Daniela Romina Furci, um ano depois do seqüestro. Por isso sua certidão aponta dezesseis anos, ao invés de dezessete. Contando com a proteção de seus ex-chefes, Furci manteve o logro durante muito tempo. Porém o processo de redemocratização trouxe mais espaço no Uruguai e na Argentina para a organização das "Avós da Praça de Maio", que, como a das "Mães", busca desaparecidos. Só que as "Avós" buscam o destino dos filhos desaparecidos, e os netos, que foram seqüestrados, como Mariana.

Até agora encontraram 25, em 300 casos registrados, e os restituíram a suas famílias de origem, em processos muitas vezes dolorosos, porém vistos como necessários. Pela ação de organizações como esta, cartazes com o rosto de Mariana e dos Furci começaram a ser divulgados na Argentina e no Uruguai. O cerco foi se apertando; Furci chegou a fugir para o Paraguai em 1983 com a "família", mas acabou voltando. Inventou histórias. Contou à filha que sim, que ele a havia "adotado", mas dizendo que a "salvara na escada do avião", quando levavam seus pais.

Não se sabe porque Furci/Fillol perdeu a proteção de seus ex-superiores. Acuado, entrou em contato com as avós de Mariana, Marta e Maria Ester, em Montevideu. Elas foram a Buenos Aires; a primeira chegou a ver Mariana. Entretanto, esses contatos se interromperam em dezembro último. Nessa altura o juiz Marquevich, já encarregado do caso, colocou em mãos da Interpol argentina e da uruguaia denúncias que recebera sobre o paradeiro dos Furci. "Posso ser criticado por minhas decisões", disse o juiz a Brecha, "mas nunca por omissão."

A QUEDA DE BRAÇO. Furci sempre contara com a dependência afetiva de Mariana. Por isso foi com surpresa que viu a menina estender o braço, depois de uma conversa com o juiz, para que lhe tirassem amostras de sangue. As amostras serviriam para um exame de compatibilidade com o sangue das avós. Ali sua história começou, de fato, e acabou de desabar quando os exames, agora em junho, comprovaram a compatibilidade com apenas 3% de margem de erro. Furci acabou confessando sua participação no seqüestro dos verdadeiros pais de Mariana. Para esta, começa um doloroso caminho em busca de sua verda-



RESGATE DA INFÂNCIA PERDIDA

Estela Carlotto, presidente da organização Abuelas de la Plaza de Mayo, fundada em 1977 em Buenos Aires, considera que a restituição das crianças é um renascimento. Explicou a Brecha: "A odisséia de Mariana começou quando ela tinha um ano e meio. Caiu nas piores mãos da ditadura: as dos que atuaram nos campos de concentração seqüestrando pais e filhos, tomando os pequenos como presa de guerra, partes de um saque. Furci era um desses; no Centro de Orletti, atuou com elementos da organização terrorista Triple A (AAA), e muitos outros que também ficaram com crianças; eram uma quadrilha que negociava crianças. Por isso dizemos que hoje começa para Mariana o caminho da liberdade. Ela deu o braço para que lhe tirassem sangue. Esta decisão reafirma sua identidade: ela se reconhecerá pelo sangue, retomará sua história. Muitas coisas e dúvidas devem estar passando por sua cabeça jovem: à sua família cabe resgatar-lhe a história dos pais, quem eram, por que lutaram, por que desapareceram. Não tenho dúvidas de que com o tempo a pequena sentirá desprezo por seus seqüestradores, e orgulho por seus pais. Nos casos das 25 crianças que restituímos, o regresso foi muito saudável, são, reparador. É um regresso à vida. Para Mariana deve ser doloroso analisar por que a roubaram, por que lhe tiraram a felicidade, a sua família. Mas vai entender que isto é como um nascimento, doloroso, mas necessário. Vai precisar muito do amor de sua família, das avós. Para elas também vai ser difícil. Mas contarão com o apoio do povo uruguaio. Recordemos que os 15 anos da menina foram motivo, há dois anos, de festa nacional. Tudo isso será como reencontrar uma felicidade perdida".

deira identidade. A decisão de com quem fica hoje a adolescente pertence ao juiz, que espera. "Ela me disse que quer ficar com os Furci, mas eles ficarão presos. Não posso obrigá-la a viver com as avós, ela fugiria." A decisão pode ter de esperar até que Mariana, hoje com 17 anos, ajudada por psicólogos, possa elaborar toda a informação que recebeu nos últimos tempos.

INCÓGNITA. Maria Emilia, mãe de Mariana, estava grávida

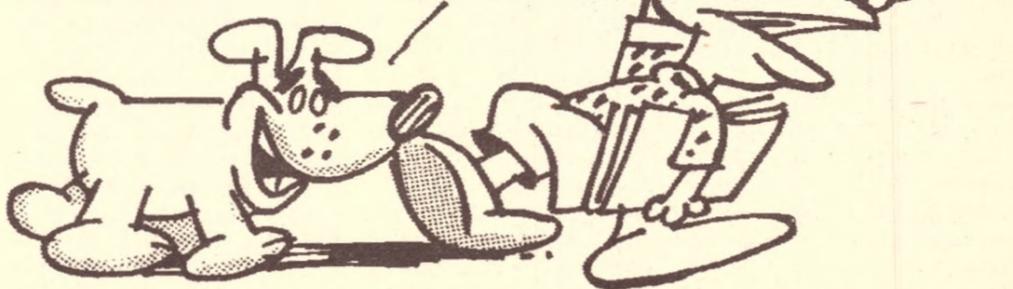
quando foi presa. Não se sabe o destino da criança. Teria já dado à luz quando - quase certamente - foi morta? A prática desses seqüestradores, que olhavam crianças como presas de guerra, como partes de um botim, era a de esperar os partos, e depois sumir com as mães. Provavelmente, em algum outro lugar destas Américas, o irmão ou irmã de Mariana espera sua identidade.

Condensado da matéria do jornal *Brecha*, de Samuel Blixen, por Flávio Aguiar.

UM JORNAL DIFERENTE DOS OUTROS:
DE ESQUERDA,
ABERTO PARA
O MUNDO E
AO LADO
DO POVO

BRASIL
AGORA

EXTRA! EXTRA! TODAS AS QUINZENAS
NAS BANCAS, BRASIL AGORA,
UM JORNAL QUE TOMA PARTIDO!
VIM PARA LATIR E MORDER!



Eco-92, o rescaldo

Algum saldo positivo, além de compromissos vagos dos países ricos e receitas para os pobres.



Agora que passou o frenesi da Eco-92 e os mendigos e meninos de rua voltaram ao centro do Rio de Janeiro, o que vai acontecer

com o planeta? A catástrofe ambiental que nos ameaça será evitada se os chefes de Estado que compareceram à conferência das Nações Unidas cumprirem os frouxos compromissos que assinaram? Mas como e quando poderão cumpri-los? Cadê o dinheiro para pagar a conta (algo, segundo cálculos da ONU, em torno de US\$ 600 bilhões anuais, dos quais US\$ 125 bilhões devem ser fornecidos pelos países ricos)?

Há outras questões espinhosas colocadas. Será possível, como disse acreditar até mesmo Fidel Castro, unir os países do Norte com os do Sul numa cruzada em favor da salvação da Mãe-Terra? Mas, se for assim, como fica a "nova ordem internacional", estabelecida justamente para deixar tudo como está, isto é, congelar as relações desiguais entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos?

Sobre esta última questão, *The Wall Street Journal* escreveu que "o enorme salão de escritórios da Cúpula da Terra no Brasil revelou mais sobre a nova ordem mundial do que qualquer mapa ou discurso". Segundo o diário novaiorquino, o Japão ficou com o maior escritório, equivalente ao espaço atribuído a uma dezena de países. Os Estados Unidos, a Alemanha e outros países da Comunidade Econômica Européia também ocuparam amplos escritórios. Já os demais países, inclusive a Rússia, contentaram-se com cubículos de dois metros quadrados. Sintomático é que a Rússia e os antigos países socialistas praticamente não participaram dos debates realizados no Rio. Sem saber como agir diante da "guerra verde" que parece ter substituído a "guerra fria", os novos governantes daqueles países preferiram ficar observando, de longe, o que entendem ser uma queda de braço apenas entre os países do Norte e os do Sul.

SEM COMPROMISSO. O presidente dos Estados Unidos, mais preocupado com a sua reeleição, preferiu fazer o papel de vilão do meio ambiente, deixando de assinar o Tratado de Biodiversidade e pasteurizando o Tratado do Clima, por exemplo. Bush, que está gerindo uma economia em recessão, não quis contrariar os interesses dos grandes monopólios da química fina e da indústria farmacêutica e nem rebaixar as expectativas de consumo dos cidadãos americanos, que forçam as emissões de dióxido de carbono.

Já os governantes dos de-

mais países ricos assinaram todos os documentos, mas não se comprometeram com prazos para liberar as verbas (0,7% de seus PIBs) para o cumprimento das metas da Agenda 21, o amplo roteiro das ações concretas em defesa do meio ambiente nos próximos anos. No final da Conferência, o secretário geral, Maurice Strong, lamentava que apenas 10% das verbas necessárias estavam concretamente alocadas.

O eclético Forum das Organizações Não Governamentais, por sua vez, depois de redigir um conjunto de tratados cheios de franciscanas (no sentido ecológico) boas intenções,

prometia cobrar os compromissos assinados pelos governos. A começar pela reunião do Grupo dos Sete, marcada para julho, em Munique, na Alemanha. Muitos representantes de ONGs, entretanto, botaram o dedo na ferida e apontaram o maior buraco na Eco-92: a necessidade de mudar o modelo econômico vigente no mundo como base para um verdadeiro modelo de desenvolvimento sustentável. Os padrões de consumo nos países ricos, afirmam, são absolutamente insustentáveis e, se não forem mudados, são eles que levarão os recursos naturais da Terra à exaustão.

OS NÚMEROS. O fato é que a população dos países industrializados, 20% da população mundial, consome oito de cada dez toneladas de alimentos e sete de cada dez mil quilowatts de energia gerada no mundo. Dados do *Relatório de Desenvolvimento Humano de 1992*, preparado pelo Programa de Desenvolvimento da ONU (PNUD), mostram a dramaticidade das diferenças entre pobres e ricos no mundo. Os 20% da população mais rica do planeta detêm 82,7% do Produto Nacional Bruto, 81,2% do comércio mundial, 94,6% dos empréstimos comerciais, 80,6% das poupanças nacionais e 80,5% dos investimentos internos. Já os 20% da população mais pobre possuem apenas 1,4% do PNB, 1% do comércio mundial, 0,2% dos empré-

stimos comerciais, 1% das poupanças nacionais e 1,3% dos investimentos internos.

O mais grave é que tais disparidades só têm aumentado nos últimos trinta anos. Com relação ao PNB, a distância entre ricos e pobres cresceu de 30 vezes em 1960 para 59 vezes em 1989; no comércio, de 62 vezes em 1970 para 86 vezes em 1989; com relação aos empréstimos comerciais bancários, de 326 vezes em 1970 para 485 vezes em 1989; com referência às poupanças nacionais, a diferença ampliou-se de 20 vezes em 1965 para 82 vezes em 1989. Em resumo: os 20% mais ricos do mundo têm uma renda 150 vezes maior do que os 20% mais pobres, constata o relatório do PNUD.

Nesse contexto, falar em controle da natalidade dos mais pobres como meio de preservar o meio ambiente, como prega o Banco Mundial, chega a ser ridículo. O insuspeito biólogo americano Paul Ehrlich, que defende teses malthusianas, disse à *Folha de S. Paulo* de 31 de maio que "um bebê norte-americano é um desastre ecológico 20 a 30 vezes maior que uma criança nascida em Bangladesh". O motivo reside nos níveis de consumo. "Um quinto da população mundial consome o dobro dos recursos do restante", explicou Ehrlich.

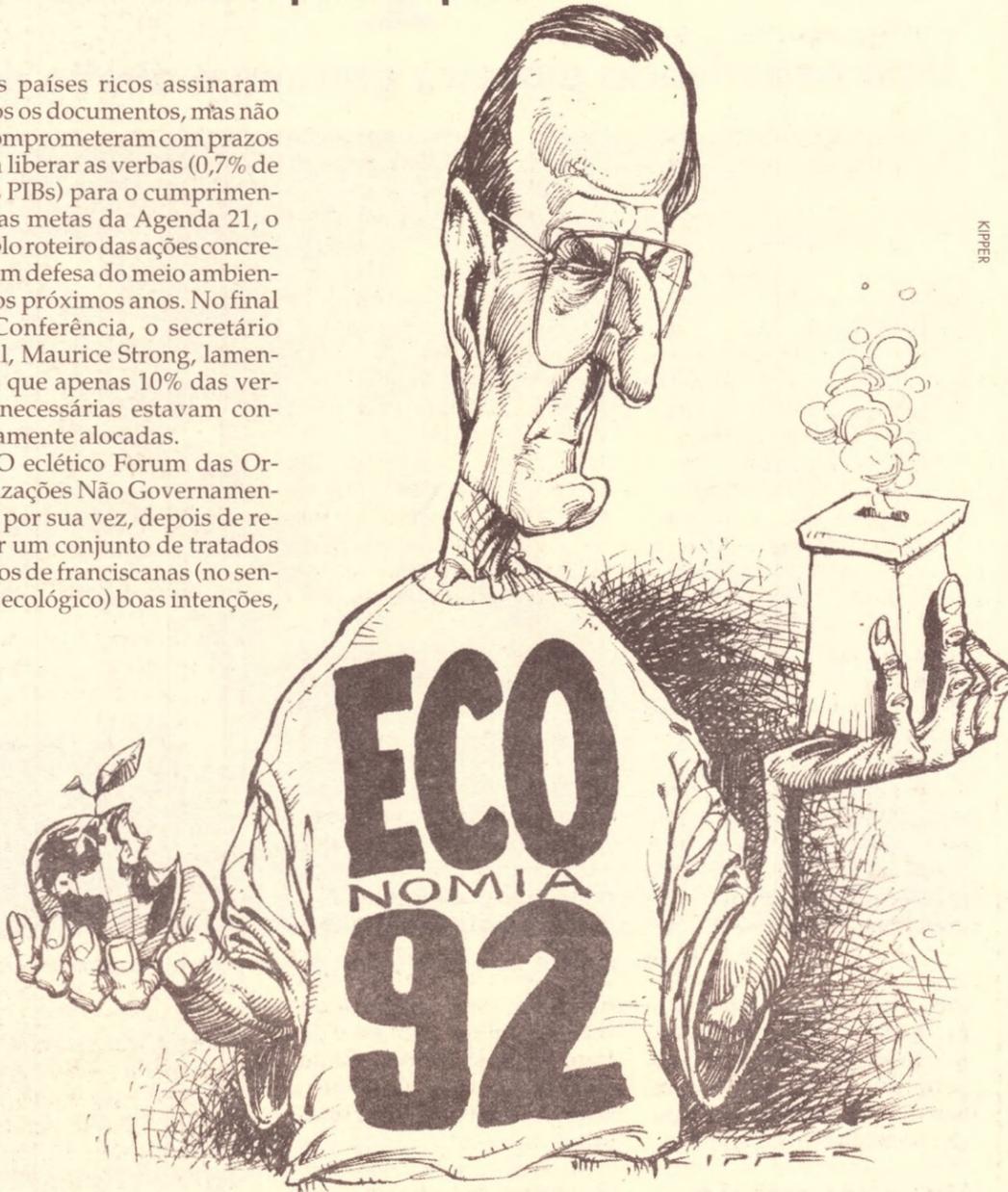
RECEITAS SÓ PARA NÓS. A nova cartilha verde do Banco Mundial receita políticas eco-

nômicas de desregulamentação e privatização para evitar desastres ecológicos. Segundo a cartilha, o mercado continua sendo a panacéia para os males do mundo. Só que esta aspirina universal não é tomada pelas próprias potências que dominam o mercado mundial. Suas fronteiras encontram-se cada vez mais protegidas contra os produtos de Terceiro Mundo. É evidente, pois, que os princípios do mercado não terminarão com as desigualdades mundiais.

Durante a Eco-92, por outro lado, os países do Terceiro Mundo conseguiram vitórias razoáveis no que tange à garantia de suas soberanias nacionais. Mas será que apenas este fator, na maioria das vezes meramente formal, vai garantir o "desenvolvimento sustentável" desses países? Por acaso, a soberana Malásia não devasta suas florestas justamente para vender madeira para o Japão? Deveria ficar claro que a oposição Norte-Sul não explica tudo. Afinal, a maioria dos governantes do Sul são meros fantoches dos interesses do Norte.

De tudo isso pode-se extrair uma dúvida a mais, muito acacia, certamente: a garantia da sobrevivência das espécies no planeta, a humana incluída, é uma tarefa muito mais difícil e complexa do que supõem os que assinam manifestos de boas intenções ecológicas.

ANTONIO CARLOS QUEIROZ



NOSSO AMIGO CAIO GRACO (1932-1992)

Aquele amarelo das diretas: essa o Brasil vai ficar devendo ao Caio Graco, entre muitas outras, porque a idéia foi dele. Caio deu uma mexida no mercado editorial brasileiro ao criar e financiar o *Leia Livros*, que depois tomou outros rumos, mas que inevitavelmente teve sua fase mais vigorosa quando era da Brasiliense. Como editor, ele era simultaneamente inovador e conservador: gostava de descobrir sucessos editoriais certos, mas nada vulgares. Pode-se esquadrihar o catálogo da Brasiliense: a vulgaridade não anda por lá.

Ultimamente andava preocupado em saber o que era o Canadá. "Que diabos é o Canadá?", perguntava a alguns amigos. Queria ir para lá, visitar Montreal, Quebec, Vancouver. Por trás da curiosidade pelo território, por mercado e fonte editoriais promissoras, uma curiosidade maior o espicaçava: como pode um país neste continente perdido dar certo, sem ser o monstro estadunidense, ou o drama cubano? Caio era um adepto apaixonado da civilização; detestava a barbárie dos nossos governos e o espírito mesquinho da esmagadora maioria do nosso empresariado. Andava sempre agitando novidades culturais, naquele ponto em que cultura e política se misturavam para virar a lenta e necessária sedimentação de uma cultura democrática. Amava os esportes, vendo na vida a possibilidade de uma partida bem jogada, que ele queria ganhar com dignidade e grandeza, prestando serviços à sua cultura, à sua pátria, à sua gente. Viveu e morreu assim.

Caio, vejam só, era alguém convencido de que se devia amar o Brasil, e até conseguia convencer muita gente disso. "Esse país tem tudo para dar certo, porra!", ele dizia, e aquele jeito de amigão bravo, e batendo na mesa. A gente saía de lá achando que devia fazer alguma coisa. Caio fez. De seu jeito: personalista, às vezes mandão, algumas vezes muito duro, outras generoso, compreensivo, sempre dedicado e exigente. Consolidou e expandiu um patrimônio editorial razoável, com que hoje o Brasil inteiro devia se preocupar, no mínimo para manter, senão para ampliar. A Brasiliense era muito dele, Caio, com todas as marcas: os debates no calçadão do centro, em plena ditadura, a busca de contínua agitação. Caio foi um dos melhores editores que este país já teve. Se um dia o Brasil tiver uma cara decente, deverá isso, também, em parte, a Caio.

FLÁVIO AGUIAR

TODOS NÓS DECIDIMOS

Quando de sua visita ao Brasil, o filósofo Jean Baudrillard declarou que denúncias de corrupção no serviço público existem tanto no Brasil quanto na França. Lá, como aqui, "nada acontece, nada muda". E ressaltou: "A tragédia é a distância que existe entre os políticos e o resto da sociedade."

Só por ocasião das eleições o regime democrático, em sociedades centradas na primazia da acumulação privada do capital, costuma convocar a população. Daí o seu caráter formal, e não real. O eleitor transfere, no voto, o poder que lhe pertence às mãos dos políticos eleitos, cujos mandatos escapam ao controle popular. Quando o desempenho não confirma os discursos de campanha, o eleitor sente-se frustrado, desencantado.

Os movimentos populares brasileiros têm procurado reduzir essa distância entre sociedade civil e poder público, inclusive empenhando-se na construção de uma Central de Movimentos Populares.

Nodia 11 de junho a prefeita de São Paulo, Luiza Erundina, assinou o projeto de lei sobre canais de participação popular, para remetê-la à Câmara Municipal. Segundo a proposta, todos os planos de ação governamental e de diretrizes orçamentárias deverão passar pelo crivo de audiências públicas convocadas através de movimentos sociais ou solicitadas por subscrição de 0,1% dos eleitores do município. Medidas que repercutam significativamente no meio ambiente e na infra-estrutura urbana deverão ser aprovadas em plebiscitos. Serão criados Conselhos Municipais Setoriais junto às secretarias de Estado, por delegação da sociedade civil, nos quais o peso do poder público não poderá ultrapassar 50% dos participantes. E todos os equipamentos sociais deverão estar sob controle de Conselhos de Gestão, integrados por usuários, servidores, concessionários de serviços e representantes do poder público.

Luiza Erundina propõe ainda a criação do Fórum da Cidade de São Paulo, para atuar na formulação de estratégias e políticas públicas, composto por entidades empresariais, centrais sindicais, movimentos sociais, entidades da sociedade civil e poderes legislativos e executivo municipais. E, por toda a cidade, deverão ser instalados postos de informação e coleta de sugestões, para que os cidadãos possam saber o que se faz com o dinheiro dos impostos e dar sua opinião.

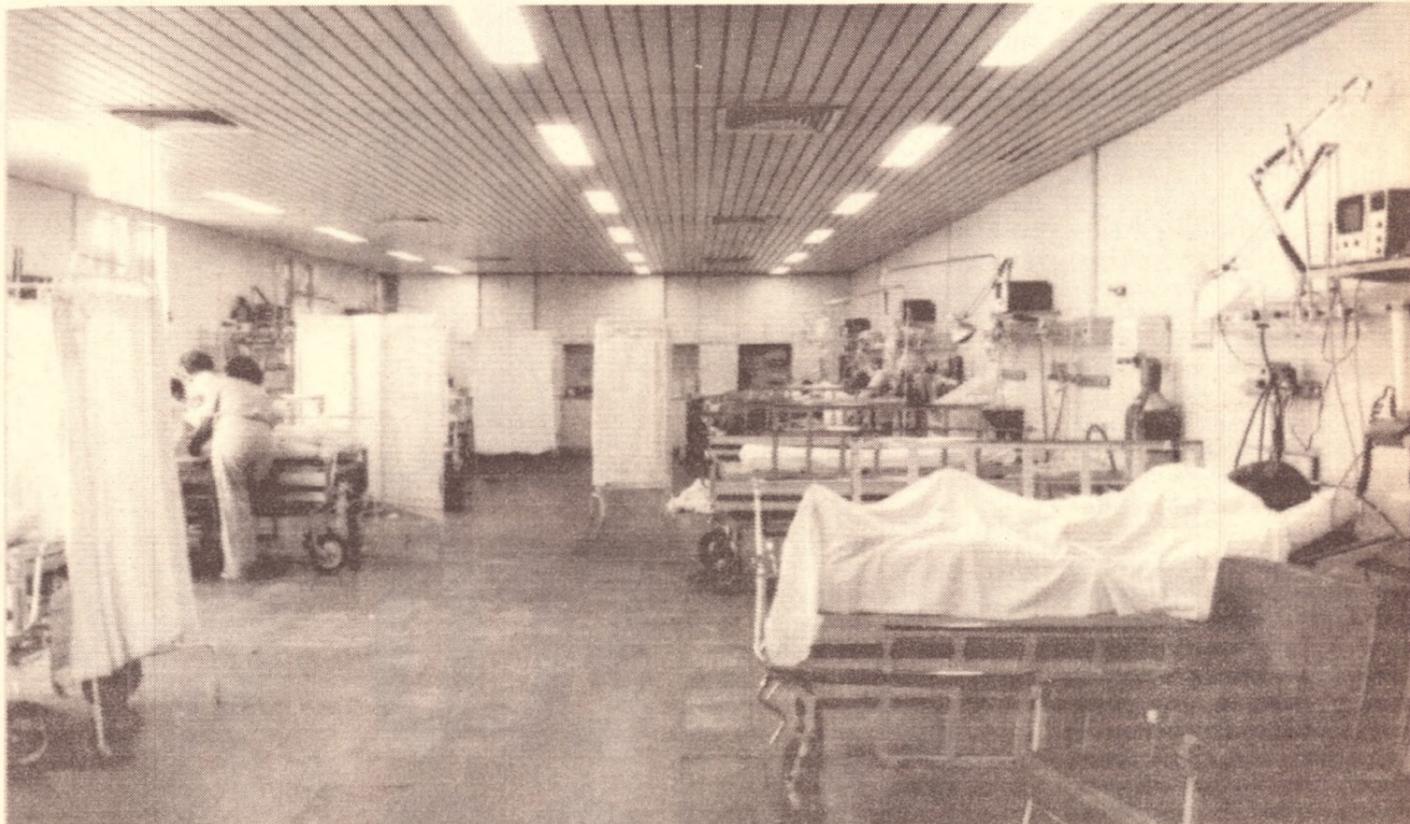
Se implantado esse projeto, a distância entre políticos e sociedade será reduzida, bem como aquela que ainda perdura entre o direito de voto e o exercício da cidadania.

FREI BETTO



Hospital cu

Uma experiência pioneira garante o direito da mulher interromper



VALENERIA BARBOSA/SMS

Neste hospital, 26 mulheres estupradas tiveram a gravidez interrompida

Dezesseis de março deste ano. Chega no Hospital do Jabaquara mais uma vítima de estupro que ficou grávida. É a menor A.S.S., de 13 anos, acompanhada de sua mãe. A família mora em uma favela de Ame-

ricanópolis, na periferia da zona sul de São Paulo. A.S.S. foi pedir um fósforo na casa ao lado e acabou violentada pelo próprio vizinho. No hospital, uma equipe multiprofissional, formada por um representante da diretoria, psicólogas, assis-

tentes sociais, enfermeiras e médicos, avalia o caso e aceita fazer o aborto. Desde o início do programa do Aborto Legal em 1989, o Hospital Jabaquara atendeu 74 mulheres grávidas em consequência de estupro. Mas nem todas se encaixavam

nos critérios do programa ou, se eram menores, as mães desistiam de autorizar o aborto. Por isso, apenas 26 mulheres tiveram sua gravidez interrompida no hospital.

Para a mulher se beneficiar do programa, algumas condi-

HOSPITAIS TÊM MEDO DE CUMPRIR LEI

Pouca gente sabe, mas o caduco Código Penal de 1940 abre duas exceções para a prática do aborto. O artigo 128 libera o aborto caso não haja outro meio de salvar a vida da gestante ou se a gravidez resulta de estupro. A quase totalidade dos hospitais brasileiros, públicos ou particulares, no entanto, se recusam a cumprir a lei. Por problemas morais ou religiosos e com medo de serem envolvidos no crime, muitos médicos alegam ser necessária uma autorização judicial permitindo a realização do aborto. Porém, com raras exceções, a autorização só sai quando a gravidez passa de 12 semanas, prazo máximo recomendado para a interrupção da gravidez.

O cumprimento dessa lei depende da vontade política das autoridades da área de Saúde. O município do Rio de Janeiro saiu na frente ao aprovar em julho de 1987 uma lei autorizando dois hospitais a realizarem o aborto em função do estupro. Mas até hoje apenas dois casos foram atendidos e, mesmo assim, num único hospital, o Instituto Municipal da Mulher Fernando Magalhães. No outro hospital, o Herculano Coelho, nenhum caso foi atendido e há funcionários em cargos de chefia que desconhecem a lei.

"Quando essa lei foi aprovada, durante a gestão de Saturnino Braga, os movimentos de mulheres foram tomados pela euforia", lembra Maria do Espírito Santo Tavares dos Santos, a Santinha, coordenadora da Comissão de Saúde do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (Cedim), do Rio de Janeiro. Segundo Santinha, um dos motivos do fracasso da lei é a falta de articulação da Secretaria Municipal da Saúde com as delegacias da mulher, IML, OAB e movimentos de mulheres.

Em São Paulo, a situação é bem diferente. Quando o PT assumiu a Prefeitura em 1989, a proposta da realização do aborto legal nos hospitais municipais foi discutida durante seis meses com entidades da sociedade civil. Levada a vários hospitais, só o Arthur Ribeiro Saboya, mais conhecido como Hospital Jabaquara, aceitou implantar o programa em outubro daquele ano. A maioria dos casos são encaminhados pelas delegacias da mulher. Há, também, a colaboração do Instituto Médico Legal, de entidades de mulheres e dos postos de saúde. Agora a Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo quer implantar o serviço do aborto legal no Hospital de Ermelino Matarazzo, na zona leste, onde já existe uma equipe de médicos, enfermeiros, psicólogos e assistentes sociais interessados em trabalhar com o aborto legal. (A.P.)

MULHERES QUEREM DESCRIMINALIZAÇÃO

A questão do aborto vai voltando ao debate nacional. O Conselho Federal de Medicina está propondo a legalização do aborto quando o diagnóstico apontar má-formação do feto e uma futura criança com problemas físicos ou mentais. Há no Congresso Nacional uma proposta parecida do deputado Eduardo Jorge (PT-SP), que tramita desde junho do ano passado.

Mas a alteração mais ampla na legislação sobre aborto começa a virar projeto de lei nas próximas semanas. Após mais de dois anos de discussão com advogadas e entidades de mulheres, o Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo está finalizando sua proposta de alteração do Código Penal, que vigora no país desde 1940. A reforma do Código Penal está parada no Congresso Nacional desde 1984. Porém, o Conselho da Condição Feminina não vai esperar pela votação da reforma. Advogadas do Conselho e deputadas federais de diferentes partidos políticos começam nas próximas semanas a elaborar um projeto de lei com base na proposta de alteração do Código Penal que está sendo finalizada. A ideia é apressar a votação do projeto logo que fique pronto.

A proposta do Conselho modifica a lei vigente em relação aos crimes sexuais, que deixam de ser considerados crimes contra os costumes. Na proposta, redigida pelas advogadas Luiza Eluf, Ester Kosovski e Silvia Pimentel, esses crimes são tratados como crimes contra a pessoa. Há também propostas para punir o estupro incestuoso, a barriga de aluguel e a violência doméstica.

O ponto mais polêmico é a descriminalização do aborto. Atualmente, a interrupção voluntária da gravidez só é permitida em dois casos (artigo 128 do Código Penal): se a gravidez resulta de estupro ou se não há outro meio de salvar a vida da gestante. Na justificativa de descriminalização, as advogadas dizem que "é desnecessário aplicar qualquer penalidade adicional ao ser humano que já sofreu brutal agressão".

O prazo legal para a prática do aborto, de acordo com a proposta, fica restrito aos primeiros 90 dias da gravidez. Segundo as advogadas, "esse prazo constitui-se num marco da passagem do embrião a feto, além de oferecer menores riscos à saúde da mulher". A pena para quem praticar o aborto após 90 dias é de seis meses a dois anos. Mas a proposta abre uma brecha: os juizes podem deixar de aplicar a pena sempre que constatarem que o aborto foi provocado por relevante valor social ou moral. (A.P.)

mpre a lei

sua gravidez, em caso de estupro ou risco de vida.

ções precisam ser atendidas: apresentar o Boletim de Ocorrência (B.O.), feito até 15 dias após o estupro, e o laudo do Instituto Médico Legal (IML). Além disso, a gravidez deve ter no máximo 12 semanas.

"Quando o programa foi implantado, recebemos ameaças principalmente através de cartas de advogados", conta Irotilde Gonçalves Pereira, assistente social e coordenadora do programa do Aborto Legal no Hospital do Jabaquara. "Houve, também, muita resistência dentro do hospital." Agora, em seu terceiro ano de existência, o programa se consolidou. Até outubro do ano passado, a equipe estava reduzida a cinco pessoas, quase todas membros de chefias. Mas nesse período a Prefeitura fez uma remoção de funcionários da Saúde e novas contratações. O programa foi então reforçado com a chegada de seis profissionais - psicólogos, assistentes sociais, médicos e enfermeiras.

Para Irotilde Pereira, as 74 mulheres que procuraram o programa são um número bastante expressivo. "Temos que levar em conta que a mulher estuprada só engravida se estiver fértil. Muitas têm vergonha

de denunciar o crime. E o serviço que estamos oferecendo ainda é pouco conhecido." As mulheres são encaminhadas para o Hospital do Jabaquara pelos postos de saúde municipais, Delegacias da Mulher, IML e entidades feministas.

QUEM VIOLENTA. Dos 26 casos em que o aborto foi realizado, doze eram meninas de 11 a 17 anos. Seis meninas foram violentadas pelo próprio pai e duas pelos namorados. A menor de 11 anos, segundo Irotilde, mal sabia o que estava acontecendo dentro do seu corpo. Ela inclusive ainda usava chupeta quando foi internada. Irotilde diz que esses casos ocorrem geralmente em famílias muito pobres, que moram em favelas, a maioria em barracos de um ou dois cômodos.

A desinformação das mulheres sobre o próprio corpo é um dos principais problemas enfrentados pelo programa do Aborto Legal. Segundo Jorge Andalaft, médico-chefe do serviço de ginecologia do Hospital do Jabaquara, há várias mulheres que desconhecem o funcionamento do ciclo menstrual. É o caso de C.B., residente em Sorocaba, que procurou o Hospital com dois meses e

meio de gravidez. A gestação podia ter sido descoberta logo, porque no dia do estupro C.B. estava fértil. Mas ela pensava que a mulher só engravidava se estivesse menstruada durante a relação sexual.

O ABORTO ILEGAL. Cento e trinta mulheres, a maioria faveladas, procuraram em março e abril o Hospital Municipal do Jabaquara, em São Paulo, depois de terem provocado aborto em casa. Entre os métodos utilizados para provocar o aborto, essas mulheres, como milhares em todo o país, utilizaram comprimidos, sondas, agulhas de tricô, talo de mamona, lavagem com cãndida. Nos últimos dois anos, espalhou-se o uso do Cytotec, um remédio contra a gastrite que também é abortivo.

Em São Paulo, um aborto pode custar uns Cr\$ 350 mil no fundo de quintal ou aproximadamente US\$ 600 (cerca de Cr\$ 2,1 milhões) numa clínica clandestina modesta. Quanto mais barato é o preço do aborto, mais precários são os métodos utilizados. Como consequência, aumentam os riscos de vida e a morbidade (complicações à saúde decorrentes de um aborto malfeito). O aborto provoca-

do pela mulher ou realizado numa clínica barata e com métodos precários pode acarretar seqüelas psicológicas e físicas como a esterilização, perda do útero e infecções.

Apesar dos milhares de casos de aborto provocado que chegam todo mês aos hospitais brasileiros, a questão é ignorada oficialmente pelo Ministério da Saúde. Estima-se que 25% do orçamento aplicado pelo governo federal no setor de obstetrícia sejam consumidos no tratamento das complicações originadas do aborto provocado. Segundo uma pesquisa da professora Sara Costa, da Escola Nacional de Saúde Pública, do Rio de Janeiro, 30% das internações obstétricas no município do Rio estão relacionadas às complicações de aborto. A pesquisa da professora Sara aponta, ainda, um crescimento de 172% nas mortalidades de mulheres em decorrência de abortos malfeitos, entre 1978 e 1987.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) estima a realização no Brasil de quatro milhões de abortos a cada ano, 10% dos abortos praticados no mundo. Mas não há dados oficiais sobre a questão.

ALBERTO PEREIRA

ESTUPRO

Para vítima sobra o estigma

Com medo de ficarem pessoas marcadas, as vítimas evitam a Justiça.

Ao comparar as faixas de idade das mulheres atendidas pelo programa de aborto do Hospital Jabaquara, é possível perceber como os dados disponíveis são apenas uma lasca da ponta do iceberg. Metade das mulheres com o seu caso documentado pela polícia eram menores de 18 anos. E das que não puderam abortar, 30% eram adolescentes. Quem tem a possibilidade de decidir a própria vida, livre do controle da família, evita prestar queixa. O estupro continua sendo um estigma pesado demais para uma mulher carregar ao longo de um moroso processo judicial.

A relação entre custo emocional e o benefício de uma possível justiça é um argumento irrefutável para a grande maioria das vítimas se conformar e se recolher para reorganizar a vida sozinha. Mas essa desconfiança no sistema de punir estupradores não é um privilégio brasileiro. Uma recente pesquisa do Centro de Pesquisas e Tratamento de Vítimas de Crimes, da Faculdade de Medicina da Carolina, do Sul constatou 683 mil estupros nos Estados Unidos, em 1990. Segundo o médico Benjamim Saunders, se o seu estudo incluísse mulhe-

res com menos de 18 anos e crianças, o número de casos saltaria para 1,5 milhão. Enquanto isso, o relatório do FBI para o mesmo ano registra 102 mil ocorrências.

Na opinião da advogada Maria Benedita da Silva Azevedo, apesar da criação das delegacias da mulher, cerca de 80% dos funcionários da polícia e judiciário ainda são agressivos contra as vítimas. "Mesmo nos serviços especializados há pessoas insensíveis", diz Maria Benedita; "elas sofrem demais no tribunal e acabam desistindo do processo".

Segundo a advogada, no entanto, o criminoso dificilmente fica impune. A única chance da defesa é demonstrar a insuficiência das provas. "Hoje em dia já não funciona mais tentar atacar a vítima, tentar mostrar que ela provocou o crime com roupas extravagantes ou por andar sozinha de madrugada", comenta Maria Benedita.

LEI PARCIAL. A lei brasileira, porém, ainda é antiquada com relação ao estupro. Ela se limita à violação da vagina (portanto não existe para homens e meninos); não prevê o estupro doméstico, praticado pelo marido;

e o estupro não é nem mesmo considerado um crime contra a pessoa. Está no capítulo de atentados contra os costumes do Código Penal. "Teria outro peso se fosse tido como uma agressão a um ser humano e não à moral, como é hoje", diz Maria Benedita.

Por causa de sua experiência na Casa Eliane de Grammont - criada pela Prefeitura paulistana em março de 1990 para dar apoio psicológico, jurídico e social a mulheres agredidas - Maria Benedita crê que o conflito de gênero supera o de classes quando se fala de estupros: "A idéia de que só as pobres empregadas domésticas são estupradas pelos patrões é falsa".

O que varia é o apoio dado ao criminoso e à vítima. Se a família do réu for rica, ele terá um bom advogado. Se a vítima for rica, poderá pagar psiquiatra e um aborto clandestino bem-feito. A mulher das classes populares está habituada a usar serviços públicos, por isso é quem mais procura a polícia. "Por outro lado", avalia a psiquiatra Paula Francisquete, da Casa Eliane de Grammont, "negar a violência é um mecanismo de defesa bastante comum. Há mulheres que fingem esque-

cer, continuam as suas rotinas sem procurar ajuda policial ou médica". Paula cita como exemplo o caso recente de uma garota estuprada num parque municipal. "Enquanto a mãe estava aqui buscando informações e apoio, ela foi ao cinema."

MÁRCIO VENCIGUERRA

LIVROS

A CRISE DO TRABALHISMO

No Brasil, o caminho para o poder passa por ser governo. Talvez ainda não se diga isto desta maneira, mas a esquerda parece agir assim já há alguns anos. Não é por outro motivo que se dá tanta importância às disputas eleitorais, ou se confere centralidade às presidenciais de 1994.

Paradoxalmente, pouco se tem discutido no Partido as experiências - geralmente negativas - de outros partidos socialistas (ou quase) que adotaram esta estratégia ou, pelo menos, a praticaram.

É o caso dos governos trabalhistas na Inglaterra. Para quem tiver interesse nesta experiência, sugerimos a leitura de "Estratégias para uma esquerda racional", do conhecido marxista inglês Eric Hobsbawm.

"Estratégias" é uma coletânea de artigos escritos entre 1978 e 1989, a maioria deles dedicados à crise do trabalhismo inglês - expressa em sucessivas derrotas eleitorais (desde 1979); na incapacidade de derrotar a política reacionária de Thatcher (e, agora, do sucessor John Major); na redução do eleitorado do Partido Trabalhista (especialmente entre os trabalhadores e os eleitores mais recentes, que têm preferido os conservadores); no corporativismo ativista e economicista do movimento sindical etc.

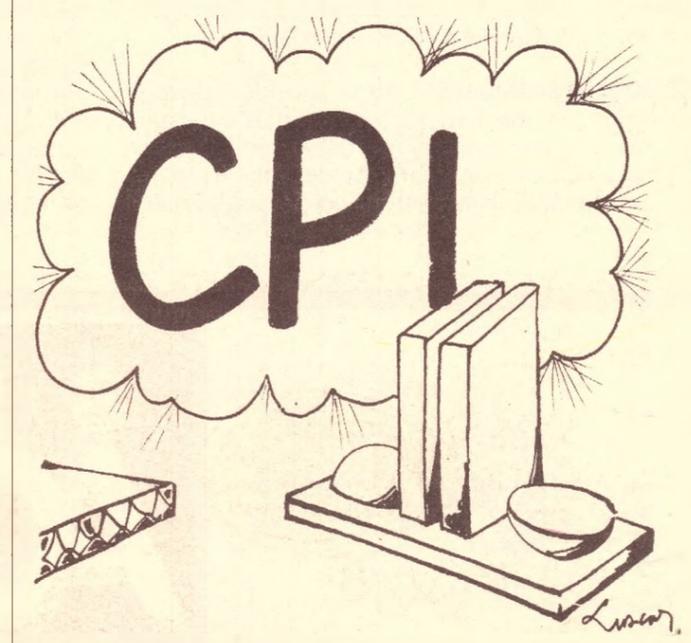
Além disso, há quatro ensaios de maior fôlego: um sobre a experiência das frentes populares (caracterizada como "a primeira e ainda a única estratégia desenvolvida para países onde as clássicas situações de insurreição, do tipo da Revolução de Outubro ou de outro tipo, não estavam previstas, mas não eram necessariamente impossíveis"); outro sobre a relação entre socialismo e nacionalismo; um terceiro, acerca do trabalhismo nas grandes cidades, especialmente útil para quem se interessa pelo destino dos movimentos sociais nas metrópoles; e um ensaio sobre o futuro do movimento socialista.

VALTER POMAR

Estratégias para uma esquerda racional

Eric Hobsbawm
Editora Paz e Terra, 282 pp

O ECO DE 92:



O AMARGO REGRESSO

A região do cone sul do Mato Grosso do Sul, que faz divisa com o Paraguai, continua tensionada pelas ameaças de pistoleiros aos brasiguaios - agricultores brasileiros que viviam no país vizinho como pequenos produtores, arrendatários, meeiros, posseiros, parceiros e bóias-frias e que iniciaram o regresso no mês passado. O primeiro grupo atravessou a fronteira na madrugada do dia 24 de maio com 400 famílias. Sete caminhões foram detidos pela polícia militar, próximo ao município de Amambaí, e um ônibus que transportava parte do grupo foi recebido à bala por jagunços e policiais militares que faziam a guarda da fazenda Itapoty, onde os brasiguaios pretendiam iniciar acampamento.

Alojadas numa área do município de Amambaí, cedida pelo prefeito Anilson Rodrigues de Souza, do PT, as famílias continuam sendo vigiadas pelos jagunços e suas lideranças ameaçadas de morte. Na noite de 11 de junho, o motorista do ônibus que trazia as famílias na noite da travessia da fronteira, José Alves de Vasconcelos, de 39 anos, foi assassinado por um pistoleiro. Ele vinha sendo seguido e ameaçado por estar apoiando o retorno dos brasiguaios. Três dias depois, na noite do dia 14, vários jagunços, a cavalo, fizeram disparos no acampamento, causan-

Eles "eram" brasileiros. Foram trabalhar no Paraguai, e agora são massacrados dos dois lados.

do pânico entre as famílias. Apesar das denúncias dos agricultores, encaminhadas ao secretário de Segurança José Bizkallah, nenhuma providência foi tomada.

ROMPENDO BARREIRAS. Mesmo com as ameaças das milícias dos latifúndios da fronteira, que se utilizam de armas sofisticadas e transportam seus pistoleiros em aviões, e da omissão do estado em garantir o seu repatriamento, os brasiguaios continuam rompendo a fronteira de volta para o Brasil. No acampamento em Amambaí já são mais de 700 famílias, entre elas mais de mil crianças e 60 gestantes. A previsão é de que até o final do mês mil famílias deverão retornar. Eles estão vindo a pé, de bicicletas, de carona, ônibus e em caminhões, quando conseguem despistar os postos policiais das rodovias.

Uma comissão dos acampados está em Brasília para uma reunião com os ministros da Economia, Marcílio Marques Moreira, da Agricultura e Reforma Agrária, Antonio Cabrera, e representantes do Inca do Mato Grosso do Sul. Os brasiguaios reivindicam a desapropriação de duas fazendas que estão com processos na Polícia Federal por plantio de maconha - a fazenda Ivaé, de propriedade do ex-governador de São Paulo, Paulo Egídio Martins, e a fazenda Bom Fim, no município de Coronel Sapucaia. Há ainda outros latifúndios na lista.

CÁCIA CORTÊZ



ARQUIVO CÁCIA CORTÊZ

Qual a pátria dessas crianças?

Vítimas da geopolítica

O Paraguai incorporou o modelo agrícola brasileiro: brasiguaios saíram perdendo

Os brasiguaios - nem brasileiros, nem paraguaios, mas um pouco dos dois - expressam a crise de identidade nacional a que foram submetidos centenas de milhares de agricultores brasileiros na fronteira paraguaia durante as últimas décadas. Eles são o resultado da estratégia geopolítica de penetração e ocupação de fronteiras acionada durante os governos militares, com o intuito de alargar seus domínios.

Somada a isso, a introdução do novo modelo agrícola, com prioridade para a monocultura mecanizada, forçou o êxodo desses agricultores (principalmente da região do sudoeste paranaense) para as terras paraguaias, na busca pela sobrevivência. Esse êxodo se intensificou em meados da década de setenta, após a assinatura do Tratado de Itaipu, que desalojou milhares de pequenos agricultores com a construção da hidrelétrica.

Hoje os brasiguaios são calculados em torno de 500 mil, ocupam as terras mais férteis daquele país, representam mais de 80% da população da fronteira e 15% do total de eleitores, e sobrevivem em condições de exploração e miséria.

O MODELO BRASILEIRO. Com a exportação do modelo agrícola brasileiro para o Paraguai, o mesmo processo de concentração de terra com o avanço da monocultura e da pecuária extensiva se repete, excluindo a pequena produção do acesso ao siste-

ma de política agrícola. Sem incentivos para continuar produzindo, os agricultores brasileiros iniciam novo êxodo. Só que desta vez de regresso ao Brasil, pois as dificuldades enfrentadas no Paraguai se agravam. Descapitalizados e sem preços para seus produtos, os agricultores já não conseguem pagar os insumos e as sementes com o pouco que conseguem produzir.

E estão sendo obrigados a entregar maquinários, animais, casas e a própria terra para pagar as dívidas com ce-realistas, bancos e comerciantes. Muitos desses credores ameaçam tomar os filhos dos agricultores como garantia até que eles consigam saldar os empréstimos. A expressiva presença brasileira no Paraguai faz parte dos acordos assinados entre os dois países, nos quais o governo paraguaio foi abrindo mão da soberania em troca do modelo de "modernização e desenvolvimento", oferecido pelo governo brasileiro desde Getúlio Vargas e que culminou com a assinatura do Tratado de Itaipu, em 1975, no governo Geisel.

Além da construção da hidrelétrica, o acordo previa a ocupação de uma área na fronteira paraguaia de 121 mil quilômetros quadrados (33%

O DIREITO À PÁTRIA

O governador Pedro Pedrossian, do PTB, também latifundiário, não se manifestou a respeito do regresso dos brasiguaios. Seus secretários afirmam que o estado não tem a responsabilidade de recebê-los, pois não são sulmatogrossenses, e que a presença das famílias irá desestabilizar o processo de reforma agrária que vem se arrastando.

Até agora não foi assentada nenhuma das mais de mil famílias acampadas no cone sul do estado. Ao mesmo tempo em que ignora a presença dos brasiguaios, o estado faz vistas grossas para a atuação das milícias que, além de pôrem em risco as famílias, são uma afronta à própria autoridade do governador e às instituições.

O ministro da Agricultura e Reforma Agrária, Antonio Cabrera, em visita ao estado, no dia 17 de junho, afirmou que não irá atender os brasiguaios porque no Mato Grosso do Sul não há terras disponíveis. Para Antonio Cabrera, os brasiguaios devem ficar lá (no Paraguai): "Eles não podem voltar", disse. E reforçou que não vai assumir nenhum compromisso de atender as famílias.

O vice-governador Ari Rigo, reforçando a posição do ministro, afirmou que as famílias de brasiguaios não serão atendidas porque vieram de outros estados, esquecendo que ele mesmo veio do Rio Grande do Sul.

O problema dos brasiguaios extrapola, nesse momento, a questão da terra. É uma discussão de repatriamento. É um contingente de cidadãos sem terra e sem pátria e que deveriam ser acolhidos pelo estado como indivíduos que regressam à sua terra. E no entanto são recebidos à bala, humilhados, marginalizados e segregados em acampamentos. O repatriamento é um direito universal garantido pela Constituição brasileira e está contido na Declaração Universal dos Direitos Humanos, da ONU, da qual o Brasil é signatário.

(C.C.)

do território) com 1.120.000 brasileiros (45% da população daquele país). Enquanto isso, mais de um milhão de cidadãos paraguaios eram exilados. Hoje, cerca de 300 mil agricultores paraguaios vivem, nas mesmas condições que os brasiguaios, na fronteira da Argentina com o Paraguai e também lutam pelo repatriamento.

(C.C.)



BRASIL AGORA

